

Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2015

Fevereiro de 2016
Este relatório contém 49 páginas

CONTEÚDO

	<u>Pág.</u>
I	Demonstrações financeiras
	Demonstração dos resultados 4
	Demonstração do rendimento integral 5
	Balanço 6
	Demonstração das alterações no capital próprio 7
	Demonstração de fluxos de caixa 8
II	Notas explicativas às demonstrações financeiras 9
II.1	Políticas contabilísticas 9
II.2	Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas 17
II.3	Segmentos de negócio 19
II.4	Notas à demonstração dos resultados
Nota 1	Prémios adquiridos, líquidos de resseguro 20
Nota 2	Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços 20
Nota 3	Custos com sinistros, líquidos de resseguro 21
Nota 4	Provisão matemática e outras provisões técnicas, líquidas de resseguro 21
Nota 5	Custos e gastos de exploração líquidos 22
Nota 6	Rendimentos 22
Nota 7	Gastos financeiros 22
Nota 8	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas 23
Nota 9	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas 23
Nota 10	Diferenças de câmbio 23
Nota 11	Imparidade (líquidas de reversões) 24
Nota 12	Outros rendimentos/gastos técnicos e não técnicos, líquidos de resseguro 24
Nota 13	Custos e gastos por natureza a imputar 24
II.5	Notas ao balanço
Nota 14	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem 25
Nota 15	Ativos financeiros detidos para negociação 26
Nota 16	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas 26
Nota 17	Ativos financeiros disponíveis para venda 27
Nota 18	Empréstimos e contas a receber 28
Nota 19	Investimentos a deter até à maturidade 28
Nota 20	Terrenos e edifícios de rendimento 29
Nota 21	Outros ativos tangíveis 29
Nota 22	Ativos intangíveis 30
Nota 23	Provisões técnicas, líquidas de resseguro 31

	<u>Pág.</u>
Nota 24	Benefícios a empregados 32
Nota 25	Outros devedores por operações de seguros e outras operações 36
Nota 26	Impostos correntes e Impostos diferidos 36
Nota 27	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento 38
Nota 28	Outros passivos financeiros 38
Nota 29	Outros credores por operações de seguros e outras operações 39
Nota 30	Outras provisões 39
II.6	Notas à demonstração das alterações no capital próprio
Nota 31	Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas 39
II.7	Outras notas
Nota 32	Transações com partes relacionadas 42
Nota 33	Gestão de riscos 43
Nota 34	Justo valor 55
Nota 35	Passivos contingentes e compromissos 56
Nota 36	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas 56
III	Inventário de títulos
IV	Relatório dos auditores

I Demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados

	Notas	2015			2014		
		Vida	Não técnica	Total	Vida	Não técnica	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1	933.704.126	-	933.704.126	803.548.098	-	803.548.098
Prémios brutos emitidos		959.455.924	-	959.455.924	826.576.219	-	826.576.219
Prémios de resseguro cedido		(25.751.798)	-	(25.751.798)	(23.028.121)	-	(23.028.121)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2	28.633.512	-	28.633.512	34.970.959	-	34.970.959
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	3	(819.694.468)	-	(819.694.468)	(853.752.643)	-	(853.752.643)
Montantes pagos		(821.933.282)	-	(821.933.282)	(859.043.505)	-	(859.043.505)
Montantes brutos		(837.444.322)	-	(837.444.322)	(873.380.947)	-	(873.380.947)
Parte dos resseguradores		15.511.040	-	15.511.040	14.337.442	-	14.337.442
Provisão para sinistros (variação)		2.238.814	-	2.238.814	5.290.862	-	5.290.862
Montantes brutos		695.269	-	695.269	3.140.770	-	3.140.770
Parte dos resseguradores		1.543.545	-	1.543.545	2.150.092	-	2.150.092
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	4	(84.956.920)	-	(84.956.920)	68.307.270	-	68.307.270
Montante bruto		(85.101.447)	-	(85.101.447)	68.221.006	-	68.221.006
Parte dos resseguradores		144.527	-	144.527	86.264	-	86.264
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	(35.078.463)	-	(35.078.463)	(17.754.585)	-	(17.754.585)
Custos e gastos de exploração líquidos	5	(63.336.279)	-	(63.336.279)	(63.232.868)	-	(63.232.868)
Custos de aquisição		(56.591.316)	-	(56.591.316)	(55.383.677)	-	(55.383.677)
Gastos administrativos		(15.977.322)	-	(15.977.322)	(15.864.723)	-	(15.864.723)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		9.232.359	-	9.232.359	8.015.532	-	8.015.532
Rendimentos	6	116.725.187	3.521.033	120.246.220	135.027.298	6.221.839	141.249.137
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		116.725.187	3.521.033	120.246.220	135.027.298	6.221.839	141.249.137
Gastos financeiros	7	(17.606.641)	(255.206)	(17.861.847)	(13.255.283)	(272.749)	(13.528.032)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(17.606.641)	(255.206)	(17.861.847)	(13.255.283)	(272.749)	(13.528.032)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	8	22.760.658	(13.706.193)	9.054.465	9.557.248	11.022.538	20.579.786
De ativos disponíveis para venda		22.758.899	(13.739.268)	9.019.631	11.256.106	11.043.353	22.299.459
De investimentos a deter até à maturidade		1.759	22.650	24.409	(1.698.858)	(20.815)	(1.719.673)
Outros		-	10.425	10.425	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	9	(5.907)	119.333	113.426	322.280	4.865	327.145
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação		19.854.444	-	19.854.444	85.340.887	-	85.340.887
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		(19.860.351)	119.333	(19.741.018)	(85.018.607)	4.865	(85.013.742)
Diferenças de câmbio	10	(614.420)	-	(614.420)	(158.916)	-	(158.916)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	11	(989.978)	(20.988.396)	(21.978.374)	(30.543.341)	(183.816)	(30.727.157)
De ativos disponíveis para venda		(989.978)	(20.953.736)	(21.943.714)	(16.575.100)	-	(16.575.100)
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	(13.968.241)	(167.988)	(14.136.229)
De outros		-	(34.660)	(34.660)	-	(15.828)	(15.828)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	12	809.443	-	809.443	498.999	-	498.999
Outros rendimentos/gastos	12	-	(7.367.979)	(7.367.979)	-	(5.264.486)	(5.264.486)
Resultado líquido antes de impostos		80.349.850	(38.677.408)	41.672.442	73.534.516	11.528.191	85.062.707
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	26	-	(19.985.663)	(19.985.663)	-	(26.187.358)	(26.187.358)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	26	-	6.216.852	6.216.852	-	(3.810.808)	(3.810.808)
Resultado líquido do exercício		80.349.850	(52.446.219)	27.903.631	73.534.516	(18.469.975)	55.064.541

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração do rendimento integral

	<u>2015</u>	<u>Eur</u> <u>2014</u>
<i>Itens que poderão ser reclassificados para resultados</i>		
Reserva de reavaliação		
Reservas de reavaliação, bruto	(3.597.266)	213.682.293
Impostos correntes e diferidos	<u>9.303.767</u>	<u>(59.813.224)</u>
	<u>5.706.501</u>	<u>153.869.069</u>
 Participação nos resultados a atribuir ("shadow"), bruto	 (11.319.042)	 (100.961.911)
Impostos correntes	<u>3.339.116</u>	<u>29.723.557</u>
	<u>(7.979.926)</u>	<u>(71.238.354)</u>
	<u>(2.273.425)</u>	<u>82.630.715</u>
 <i>Itens que não serão reclassificados para resultados</i>		
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	<u>305.933</u>	<u>(1.405.368)</u>
	<u>305.933</u>	<u>(1.405.368)</u>
 Total outro rendimento integral	 <u>(1.967.492)</u>	 <u>81.225.347</u>
 Resultado líquido do exercício	 27.903.631	 55.064.541
 Total de rendimento integral do ano	 <u>25.936.139</u>	 <u>136.289.888</u>

Balanço

		<i>Eur</i>	
	Notas	2015	2014
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	14	181.147.265	125.895.808
Ativos financeiros detidos para negociação	15	78.770.073	155.418.929
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	16	4.765.751.172	4.802.041.400
Ativos disponíveis para venda	17	4.447.016.289	4.271.632.259
Empréstimos e contas a receber	18	350.109.822	485.477.476
Outros depósitos		350.109.822	485.477.476
Investimentos a deter até à maturidade	19	461.904.704	541.018.989
Terrenos e edifícios de rendimento	20	3.065.755	3.244.849
Terrenos e edifícios de rendimento		3.065.755	3.244.849
Outros ativos tangíveis	21	2.273.752	1.647.385
Outros ativos intangíveis	22	5.410.097	5.679.182
Provisões técnicas de resseguro cedido	23	5.244.922	3.556.850
Provisão matemática do ramo vida		1.071.899	927.372
Provisão para sinistros		4.173.023	2.629.478
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	25	5.571.400	11.579.021
Contas a receber por operações de seguro direto		4.561.993	10.182.314
Contas a receber por outras operações de resseguro		334.622	29.994
Contas a receber por outras operações		674.785	1.366.713
Ativos por impostos	26	41.011.642	10.277.013
Ativos por impostos (e taxas) correntes		26.832.229	-
Ativos por impostos diferidos		14.179.413	10.277.013
Acréscimos e diferimentos		72.562	60.620
Total ativo		10.347.349.455	10.417.529.781
Provisões técnicas	23	4.491.716.871	4.366.626.125
Provisão matemática do ramo vida		4.290.733.256	4.179.479.945
Provisão para sinistros		52.667.005	53.362.531
De vida		52.667.005	53.362.531
Provisão para participação nos resultados		148.316.610	133.783.649
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	27	5.240.076.345	5.463.646.785
Outros passivos financeiros	28	128.447.203	127.493.160
Passivos subordinados		120.000.000	120.000.000
Depósitos recebidos de resseguradores		8.447.203	7.493.160
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	24	1.930.774	2.138.172
Outros credores por operações de seguros e outras operações	29	44.051.739	26.542.978
Contas a pagar por operações de seguro direto		12.758.593	12.627.169
Contas a pagar por outras operações de resseguro		1.499.852	2.559.319
Contas a pagar por outras operações		29.793.294	11.356.490
Passivos por impostos e taxas	26	8.294.960	24.022.432
Passivos por impostos (e taxas) correntes		8.294.960	24.022.432
Acréscimos e diferimentos		2.106.950	2.296.875
Outras Provisões	30	4.074.346	4.049.126
Total passivo		9.920.699.188	10.016.815.653
Capital		22.375.000	22.375.000
Reservas de reavaliação		37.791.193	52.707.502
Reserva por impostos diferidos e correntes		(31.438.173)	(44.081.057)
Outras reservas		59.229.824	58.923.891
Resultados transitados		310.788.792	255.724.251
Resultado do exercício		27.903.631	55.064.541
Total capital próprio	31	426.650.267	400.714.128
Total passivo e capital próprio		10.347.349.455	10.417.529.781
Resultados por ação		6,2	12,3

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração das alterações no capital próprio

	<i>Eur</i>										
	Reservas de reavaliação				Reserva legal	Reserva estatutária	Prémio de emissão	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido							
Balanço a 31 de dezembro 2013	22.375.000	(60.012.881)	(13.991.389)	(74.004.270)	22.375.000	948.335	35.779.023	1.226.901	504.621.330	86.102.921	599.424.240
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	86.102.921	(86.102.921)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	213.682.293	(59.813.224)	153.869.069	-	-	-	-	-	-	153.869.069
Participação nos resultados a atribuir	-	(100.961.911)	29.723.557	(71.238.354)	-	-	-	-	-	-	(71.238.354)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	(335.000.000)	-	(335.000.000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55.064.541	55.064.541
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(1.405.368)	-	-	(1.405.368)
Balanço a 31 de dezembro 2014	22.375.000	52.707.501	(44.081.056)	8.626.445	22.375.000	948.335	35.779.023	(178.467)	255.724.251	55.064.541	400.714.128
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	55.064.541	(55.064.541)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	(3.597.266)	9.303.767	5.706.501	-	-	-	-	-	-	5.706.501
Participação nos resultados a atribuir	-	(11.319.042)	3.339.116	(7.979.926)	-	-	-	-	-	-	(7.979.926)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.903.631	27.903.631
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	305.933	-	-	305.933
Balanço a 31 de dezembro 2015	22.375.000	37.791.193	(31.438.173)	6.353.020	22.375.000	948.335	35.779.023	127.466	310.788.792	27.903.631	426.650.267

Demonstração dos fluxos de caixa

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
<i>Fluxos de caixa de atividades operacionais</i>		
Resultado líquido do exercício	27.903.631	55.064.541
<i>Ajustamentos por:</i>		
Depreciações e amortizações do exercício	1.543.002	1.278.385
Variação nas provisões técnicas	125.090.746	41.813.614
Variação dos passivos decorrentes de contratos de investimento	(223.570.440)	(153.129.238)
Variação de outras provisões	25.220	(874.165)
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	(1.688.072)	(2.236.356)
Imparidade de ativos disponíveis para venda	21.943.714	16.575.100
Imparidade de ativos a deter até à maturidade	-	14.136.229
Imparidade de outros ativos	34.660	15.828
Variação nos impostos ativos / passivos	(46.462.101)	14.194.221
<i>Variações nos ativos e passivos operacionais</i>		
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	76.648.856	33.955.566
Empréstimos concedidos e contas a receber	135.367.654	(53.313.411)
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	5.972.961	(7.012.836)
Outros ativos e passivos	(103.332)	(4.059.674)
Outros passivos financeiros	954.043	119.065.029
Outros credores por operações de seguros e outras operações	17.508.761	(258.685.117)
	141.169.303	(183.212.284)
<i>Fluxos de caixa de atividades de investimento</i>		
Variações nos ativos financeiros ao justo valor através de resultados	36.290.228	267.192.499
Variações nos ativos financeiros disponíveis para venda	(199.601.169)	94.971.129
Variações nos investimentos a deter até à maturidade	79.114.285	67.889.156
Variações nos imóveis de rendimento	117.575	-
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(1.838.765)	(1.958.432)
	(85.917.846)	428.094.352
<i>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</i>		
Dividendos pagos	-	(335.000.000)
Variação líquida em caixa e equivalentes	55.251.457	(90.117.932)
Caixa e equivalentes no início do período	125.895.808	216.013.740
Caixa e equivalentes no final do período	181.147.265	125.895.808

II Notas explicativas às demonstrações financeiras

II.1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., (“Ocidental Vida” ou “Companhia”), com sede social na Av. Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10, 2744-002 Porto Salvo, é uma Companhia de Seguros constituída em Portugal em 30 de abril de 1987, tendo a sua atividade iniciado em 1 de julho de 1987.

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., tem como objetivo o exercício da atividade seguradora “Vida”, nas modalidades previstas no diploma legal que rege esta atividade.

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., é detida a 100% pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (“Millenniumbcp Ageas”), com sede na Avenida Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10 em Porto Salvo, a qual elabora as demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”) emitido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”) e aprovado pela Norma Regulamentar nº. 4/2007 de 27 de abril, e tendo em consideração as alterações subsequentes introduzidas pela Norma regulamentar nº 20/2007, de 31 de dezembro e pela Norma regulamentar nº 22/2010, de 16 de dezembro. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2015, a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2015, conforme referido na nota 36. As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, com as alterações resultantes desta adoção.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 26 de fevereiro de 2016.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euro. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos reportados. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, resultando da avaliação presente e esperada, dos futuros benefícios e obrigações associados. Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota II.2.

b) Contratos de seguro e de investimento

Classificação

A Ocidental Vida emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pela Companhia que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor atual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas diretamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respetivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

Os contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*unit linked*) emitidos pela Companhia que apenas transferem risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos *unit linked* detidos pela Companhia são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos ativos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento coletivo *unit linked*. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço. O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que refletem o justo valor dos ativos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os passivos por contratos *unit linked* representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos.

c) Provisões técnicas

Provisão matemática do ramo Vida

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. A provisão para sinistros não é descontada.

Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

Provisão para participação nos resultados a atribuir (“Shadow accounting”)

De acordo com o estabelecido no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”), os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

Teste de adequação das responsabilidades

À data do balanço, a Ocidental Vida procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco.

Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, quando determinada, é registada nos resultados da Companhia.

d) Ativos financeiros

Classificação

A Ocidental Vida classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados - Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

- Ativos financeiros detidos até à maturidade - Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados, no momento do seu reconhecimento inicial, para nenhuma outra categoria de ativos financeiros.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

- Ativos financeiros disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.

- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros a deter até à maturidade, (iii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iv) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Companhia de recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) ainda que retenha alguns mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre estes ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade e os empréstimos concedidos e contas a receber são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, líquidos de eventuais imparidades reconhecidas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“*bid-price*”). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificação entre categorias

A Companhia apenas reclassifica ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros a deter até à maturidade, se tiver a intenção e capacidade de os manter até à maturidade.

As reclassificações entre estas categorias são efetuadas ao justo valor dos ativos reclassificados na data da reclassificação. A diferença entre este justo valor e o valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva. A reserva de justo valor na data da transferência é igualmente reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva

Em 2011, a Companhia adoptou esta possibilidade para um grupo de ativos financeiros, tal como divulgado na nota 19.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em situação de imparidade. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para títulos representativos de capital, um significativo ou prolongado declínio no seu justo valor, abaixo do respetivo custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com a política contabilística da Companhia, 25% ou 12 meses, assumem-se como sendo, respectivamente, declínios significativos ou prolongados no justo valor de títulos representativos de capital, abaixo do seu custo de aquisição.

Nos ativos a deter até à maturidade, a perda por imparidade é mensurada pela diferença entre o valor de balanço dos ativos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período remanescente), descontados à taxa de juro efectiva original, sendo reconhecida em resultados. Para os ativos a deter até à maturidade se, num período subsequente, o montante de perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“*discounted cash flows*”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os instrumentos financeiros derivados para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas nos resultados.

e) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva, exceto contratos de investimento em que o risco é suportado pelo tomador do seguro os quais são registados ao justo valor.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

f) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g) Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A Ocidental Vida aceita e/ou cede negócio no decurso da sua atividade normal. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber de Companhias de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço pelo seu valor bruto, exceto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

h) Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euro à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

i) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	25
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

j) Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados da Companhia enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede normalmente os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

k) Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os edifícios arrendados.

As propriedades de investimento da Companhia encontram-se valorizadas ao custo deduzido das respetivas amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade. As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, até ao seu valor residual no final da sua vida estimada.

Quando existe indicação de que uma propriedade de investimento possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de uma propriedade de investimento exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia em montante superior ao valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento.

l) Locações

A Ocidental Vida classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

m) Caixa e disponibilidades

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

n) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

o) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

p) Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

q) Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

r) Benefícios aos empregados

Plano de benefício definido

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (seguidamente designado de “CCT”).

Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar (coberturas de invalidez e sobrevivência imediata) e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de dezembro de 2011 foi assinado um novo CCT. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, mediante o cumprimento de certos requisitos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e; (iii) adoção de um plano complementar de contribuição definida para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com esta alteração do CCT, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados à data de 31 de dezembro de 2011 relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, na forma de um plano individual de reforma (“PIR”), prevendo garantia de capital, quer no que respeita aos valores transferidos do plano anterior (contribuição inicial), como às entregas subsequentes efectuadas pela Companhia.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia, incluindo o referido PIR, estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”. Atendendo à cláusula de garantia de capital associada ao PIR, o contrato celebrado com o Fundo estabelece que a Companhia efectuará contribuições adicionais na data de reforma dos trabalhadores se, nessa data, o saldo da conta PIR for inferior à soma total das contribuições, sendo a respectiva entrega de montante igual à diferença entre as contribuições e o saldo do PIR. Nesta base, de acordo com o IAS 19, o PIR classifica-se em substância como um plano de benefício definido.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente pela Companhia, em 31 de dezembro, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. O cálculo é revisto por actuários independentes qualificados. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do fundo de pensões.

A Companhia determina o custo (proveito) líquido do juro do exercício relativo ao passivo (ativo) líquido do plano de benefício definido, aplicando a taxa de desconto usada na mensuração das responsabilidades desse plano no início do ano sobre o passivo (ativo) líquido no início do ano, tendo em consideração qualquer alteração do passivo (ativo) líquido ocorrido no exercício, resultante de contribuições efetuadas ou benefícios pagos.

Consequentemente, o custo (proveito) líquido do juro inclui o custo do juro relativo às responsabilidades do plano de benefício definido, líquido do retorno dos ativos do plano, ambos calculados usando a taxa de desconto igualmente aplicada na determinação das responsabilidades do plano de benefício definido.

Os desvios determinados anualmente em resultado de: (i) ganhos e perdas actuárias decorrentes da diferença entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores reais obtidos (“ajustamentos de experiência”), e de alterações nesses pressupostos actuariais, e; (ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno considerado para os ativos do plano e a taxa de retorno real, são reconhecidos em outro rendimento integral.

A Companhia reconhece anualmente como custo na demonstração de resultados o montante que inclui: (i) custo do serviço corrente; (ii) custo (proveito) líquido do juro; (iii) custo serviço passado, e; (iv) efeitos de liquidação ou alterações ao plano.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com pensões, incluindo benefícios complementares, quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para o plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Benefícios de saúde

A Companhia assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador na Companhia até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades da Companhia com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Sistema de incentivos baseado em ações

À data de 31 de dezembro de 2015, não se encontrava em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

s) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

t) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão matemática de contratos vida, (2) provisão para participação nos resultados, (3) teste de adequação das responsabilidades, (4) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respetivas e (5) provisão para participação nos resultados a atribuir.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva. Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos a justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda e investimentos a deter até à maturidade

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor abaixo do respetivo custo de aquisição, ou quando tenha identificado um evento com impacto nos *cash flows* futuros estimados dos ativos. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento, baseado em informação relevante disponível, incluindo a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros.

Deste modo, para instrumento de capital, considerando a elevada volatilidade do mercado, um declínio (i) de 25% no justo valor relativamente ao custo de aquisição é considerado pela Companhia como uma desvalorização significativa e (ii) que persista por mais de 12 meses é assumido como uma desvalorização prolongada.

Para títulos de dívida, considera-se que os mesmos estão em situação de imparidade quando existe evidência objectiva que um ou mais eventos têm um impacto nos *cash flows* futuros estimados destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Imparidade dos ativos de longo prazo

Os ativos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando, as incertezas quanto à determinação do valor de recuperação líquido dos ativos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, ou seis no caso de apurados prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

II.3 Segmentos de negócio

	2015				2014				<i>Eur</i>
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Contratos UL	Total	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Contratos UL	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	156.684.248	777.019.878	-	933.704.126	152.256.470	651.291.628	-	803.548.098	
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	28.633.512	28.633.512	-	-	34.970.959	34.970.959	
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(49.150.471)	(770.543.997)	-	(819.694.468)	(43.862.403)	(809.890.240)	-	(853.752.643)	
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(12.206.731)	(72.750.189)	-	(84.956.920)	(20.111.873)	88.419.143	-	68.307.270	
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(5.577.597)	(29.500.866)	-	(35.078.463)	(5.243.588)	(12.510.997)	-	(17.754.585)	
Custos e gastos de exploração líquidos	(20.139.569)	(25.434.580)	(17.762.130)	(63.336.279)	(20.362.567)	(24.445.946)	(18.424.355)	(63.232.868)	
Rendimentos	8.527.808	108.197.379	-	116.725.187	9.346.455	125.680.843	-	135.027.298	
Gastos financeiros	(1.389.258)	(8.582.659)	(7.634.724)	(17.606.641)	(846.842)	(6.576.963)	(5.831.478)	(13.255.283)	
Ganhos líquidos de ativos financeiros	4.715.895	16.568.377	(133.919)	21.150.353	(383.432)	(20.429.658)	(9.639)	(20.822.729)	
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	57.283	752.160	-	809.443	31.998	467.001	-	498.999	
Margem técnica	81.521.608	(4.274.497)	3.102.739	80.349.850	70.824.218	(7.995.189)	10.705.487	73.534.516	
Proveito dos investimentos				3.654.986				6.275.235	
Mais/(menos) valias realizadas				(34.674.549)				10.806.019	
Despesas gerais				(255.206)				(272.749)	
Outros proveitos/(custos) não técnicos				(7.402.639)				(5.280.314)	
Resultado não técnico				(38.677.408)				11.528.191	
Resultado antes de impostos				41.672.442				85.062.707	

II.4 Notas à demonstração dos resultados

Nota 1 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

Os prémios brutos emitidos são analisados como segue:

		<i>Eur</i>
	2015	2014
Contratos de seguro	182.436.046	175.284.591
Contratos de investimento com participação		
nos resultados discricionária	777.019.878	651.291.628
Prémios brutos emitidos	959.455.924	826.576.219
Contratos de seguro	(25.751.798)	(23.028.121)
Prémios resseguro cedido	(25.751.798)	(23.028.121)
Prémios brutos emitidos líquidos de resseguro	933.704.126	803.548.098

Os prémios brutos emitidos incluem prémios de contratos com risco de seguro significativo e de contratos sem risco de seguro significativo mas com participação nos resultados discricionária.

		<i>Eur</i>
	2015	2014
Prémios brutos emitidos de seguro directo		
Relativos a contratos individuais	208.273.512	144.935.027
Relativos a contratos de grupo	751.182.412	681.641.192
	959.455.924	826.576.219
Periódicos	224.892.052	220.745.931
Não periódicos	734.563.872	605.830.288
	959.455.924	826.576.219
De contratos sem participação nos resultados	145.462.173	140.994.832
De contratos com participação nos resultados	813.993.751	685.581.387
	959.455.924	826.576.219
Resultado resseguro cedido	679.674	1.561.209

Nota 2 – Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços

Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no montante de Euro 28.634.000 (2014: Euro 34.971.000), sendo calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

Nota 3 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros são analisados como segue:

	2015			2014		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Sinistros pagos						
Montantes brutos	64.020.390	772.933.627	836.954.017	62.365.409	810.510.909	872.876.318
Parte dos resseguradores	(15.511.040)	-	(15.511.040)	(14.337.442)	-	(14.337.442)
	48.509.350	772.933.627	821.442.977	48.027.967	810.510.909	858.538.876
Variação da provisão para sinistros						
Montantes brutos	1.807.413	(2.502.682)	(695.269)	(2.423.491)	(717.279)	(3.140.770)
Parte dos resseguradores	(1.543.545)	-	(1.543.545)	(2.150.092)	-	(2.150.092)
	263.868	(2.502.682)	(2.238.814)	(4.573.583)	(717.279)	(5.290.862)
Total antes custos imputados	48.773.218	770.430.945	819.204.163	43.454.384	809.793.630	853.248.014
Custos com Sinistros (imputados)			490.305			504.629
Total			819.694.468			853.752.643

Nota 4 – Provisão matemática e outras provisões técnicas, líquidas resseguro

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	2015			2014		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Variação da provisão matemática, líquida de resseguro						
Variação da provisão matemática	12.351.257	72.750.190	85.101.447			
Parte dos resseguradores na variação da provisão matemática	(144.527)	-	(144.527)			
	12.206.730	72.750.190	84.956.920			
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	5.577.597	29.500.866	35.078.463			
Total	17.784.327	102.251.056	120.035.383			
Variação da provisão matemática, líquida de resseguro						
Variação da provisão matemática - valor bruto	20.198.136	(88.419.142)	(68.221.006)			
Parte dos resseguradores na variação da provisão matemática	(86.264)	-	(86.264)			
	20.111.872	(88.419.142)	(68.307.270)			
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	5.243.588	12.510.997	17.754.585			
Total	25.355.460	(75.908.145)	(50.552.685)			

Nota 5 – Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	<i>Eur</i>			
	2015			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Unit Linked	Total
Custos de aquisição - comissões	20.296.008	16.252.185	16.419.643	52.967.836
Custos de aquisição alocados	1.748.987	1.676.530	197.963	3.623.480
Custos administrativos - comissões	5.807	-	-	5.807
Custos administrativos alocados	7.321.126	7.505.865	1.144.524	15.971.515
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(9.232.359)	-	-	(9.232.359)
Total	20.139.569	25.434.580	17.762.130	63.336.279

	<i>Eur</i>			
	2014			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Unit Linked	Total
Custos de aquisição - comissões	19.643.071	15.166.008	17.244.870	52.053.949
Custos de aquisição alocados	1.486.170	1.644.147	199.412	3.329.729
Custos administrativos - comissões	4.810	-	-	4.810
Custos administrativos alocados	7.244.048	7.635.791	980.073	15.859.912
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(8.015.532)	-	-	(8.015.532)
Total	20.362.567	24.445.946	18.424.355	63.232.868

A rubrica custos de aquisição – comissões inclui o montante de Euro 52.344.000 (2014: Euro 51.260.000) relacionado com as comissões pagas ao Banco Comercial Português, S.A, de acordo com os termos do contrato de distribuição estabelecido com a Ocidental Vida.

Nota 6 – Rendimentos

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	96.454.501	114.165.618
Rendimentos de ativos a deter até à maturidade	23.804.949	26.761.820
Rendimentos de depósitos bancários	(13.230)	321.699
Total	120.246.220	141.249.137

Nota 7 – Gastos financeiros

Os gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas correspondem aos custos operacionais imputados à função investimentos, no montante de Euro 17.862.000 (2014: Euro 13.528.000).

Nota 8 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2015			2014		
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total
Dívida pública	14.445.383	(19.753.133)	(5.307.750)	9.738.734	(318.791)	9.419.943
Obrigações de outros emissores	7.678.067	(1.210.776)	6.467.291	8.256.635	(1.911.378)	6.345.257
Ações	10.417.917	(2.557.827)	7.860.090	13.498.501	(6.964.242)	6.534.259
De investimentos disponíveis para venda	32.541.367	(23.521.736)	9.019.631	31.493.870	(9.194.411)	22.299.459
De investimentos a deter até à maturidade	24.409	-	24.409	25.958.295	(27.677.968)	(1.719.673)
De imóveis de rendimento	10.425	-	10.425	-	-	-
Total	32.576.201	(23.521.736)	9.054.465	57.452.165	(36.872.379)	20.579.786

Nota 9 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2015			
	Ganhos	(Perdas)	Outros	Total
De investimentos detidos para negociação	(1.323.880)	(74.299.019)	95.477.343	19.854.444
De ativos financeiros ao justo valor através de resultados	214.445.402	(132.044.166)	(102.142.254)	(19.741.018)
Total	213.121.522	(206.343.185)	(6.664.911)	113.426

	2014			
	Ganhos	(Perdas)	Outros	Total
De investimentos detidos para negociação	42.669.998	(71.242.352)	113.913.242	85.340.888
De ativos financeiros ao justo valor através de resultados	327.153.538	(50.606.483)	(361.560.798)	(85.013.743)
Total	369.823.536	(121.848.835)	(247.647.556)	327.145

Nota 10 – Diferenças de câmbio

As perdas cambiais no montante de Euro 614.000 (2014: perdas de Euro 159.000) dizem respeito a Empréstimos concedidos e contas a receber.

Nota 11 – Imparidade (líquida de reversões)

A imparidade (líquida de reversões) é analisada como segue:

	<u>2015</u>	<u><i>Eur</i></u> <u>2014</u>
De ativos financeiros disponíveis para venda	21.943.714	16.575.100
De ativos a deter até à maturidade	-	14.136.229
De devedores por operações de seguro direto e de resseguro	<u>34.660</u>	<u>15.828</u>
Total imparidade	<u>21.978.374</u>	<u>30.727.157</u>
Total	<u>21.978.374</u>	<u>30.727.157</u>

Nota 12 – Outros rendimentos/gastos técnicos e não técnicos, líquidos de resseguro

A rubrica Outros rendimentos técnicos, no montante de Euro 809.000 (2014: Euro 499.000), respeita maioritariamente ao proveito decorrente de penalizações por resgates antecipados.

Nota 13 – Custos e gastos por natureza a imputar

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

	<u>2015</u>	<u><i>Eur</i></u> <u>2014</u>
Gastos com pessoal		
Remunerações - órgãos sociais	481.990	284.979
Remunerações - pessoal	6.000.701	6.604.281
Encargos sobre remunerações	1.289.597	1.229.559
Benefícios pós emprego	344.305	161.026
Seguros obrigatórios	262.439	311.373
Gastos de acção social	54.850	39.291
Outros gastos	<u>329.482</u>	<u>579.552</u>
	<u>8.763.364</u>	<u>9.210.061</u>
Fornecimentos e serviços externos	<u>10.185.319</u>	<u>11.170.091</u>
Depreciações de activos tangíveis e imóveis		
Propriedades de investimento	61.519	183.492
Equipamento de transporte e outro equipamento	59.005	15.449
Equipamento informático	<u>109.057</u>	<u>80.129</u>
	<u>229.581</u>	<u>279.070</u>
Amortizações dos activos intangíveis		
Software	<u>1.313.421</u>	<u>999.315</u>
Outros	<u>17.455.462</u>	<u>11.563.765</u>
Total	<u>37.947.147</u>	<u>33.222.302</u>

À data de 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de fornecimentos e serviços externos inclui os honorários faturados pela KPMG & Associados - SROC, S.A. (incluindo o IVA à taxa aplicável), com relação aos seguintes serviços prestados:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Auditoria	206.329	182.331
Auditoria - serviços relacionados	11.354	10.959
Consultoria fiscal	13.407	12.706
Outros	-	4.501
	<u>231.090</u>	<u>210.497</u>

Os Outros custos e gastos por natureza a imputar incluem o montante de Euro 751.000 (2014: Euro 666.000) relativos a Impostos e taxas, o montante de Euro 6.098.000 (2014: Euro 1.007.000) de Juros suportados, o montante de Euro 10.582.000 (2014: Euro 10.765.000) relativos a Comissões e outros gastos decorrentes da utilização de serviços bancários e Euro 25.000, relativos a dotação de outras provisões (2014: Euro 874.000 reversão).

Os custos e gastos por natureza foram imputados às funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Custos com sinistros	490.305	504.629
Custos e gastos de exploração		
Custos de aquisição	3.623.480	3.329.729
Custos administrativos	15.971.515	15.859.912
Custos de gestão de investimentos		
Alocados à conta técnica de seguros vida	17.606.641	13.255.283
Alocados à conta não técnica	255.206	272.749
Total	<u>37.947.147</u>	<u>33.222.302</u>

Em 31 de dezembro de 2015 o número médio de colaboradores da Companhia ascendia a 143 (2014: 137).

II.5 Notas ao balanço

Nota 14 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta corresponde na totalidade a depósitos bancários.

Nota 15 – Ativos financeiros detidos para negociação

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2015		2014	
	Justo valor	Valor nocional	Justo valor	Valor nocional
Derivados				
Swaps taxa juro	78.770.073	4.471.020.000	155.184.866	5.214.551.476
FRA	-	-	234.062	41.500.000
Total	78.770.073	4.471.020.000	155.418.928	5.256.051.476
Dos quais:				
Nível 2	78.770.073	4.471.020.000	155.418.928	5.256.051.476
	78.770.073	4.471.020.000	155.418.928	5.256.051.476

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 16 – Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2015			2014		
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço
Dívida pública	1.200.846.534	21.396.855	1.222.243.389	959.438.901	185.370.377	1.144.809.278
Obrigações de outros emissores	2.416.273.169	38.389.948	2.454.663.117	2.869.372.512	49.836.639	2.919.209.151
Ações	1.066.230.235	22.614.431	1.088.844.666	696.728.851	41.294.120	738.022.971
Total	4.683.349.938	82.401.234	4.765.751.172	4.525.540.264	276.501.136	4.802.041.400
Dos quais:						
Nível 1			2.507.364.648			2.239.798.666
Nível 2			2.258.386.524			2.562.242.734
			4.765.751.172			4.802.041.400

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, informação adicional por nível pode ser apresentada como se segue:

	<i>Eur</i>			
	2015		2014	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Dívida pública	1.222.243.389	-	1.144.809.278	-
Obrigações de outros emissores	196.276.593	2.258.386.524	356.966.418	2.562.242.734
Ações	1.088.844.666	-	738.022.971	-
	<u>2.507.364.648</u>	<u>2.258.386.524</u>	<u>2.239.798.666</u>	<u>2.562.242.734</u>

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 17 – Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2015				2014			
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Imparidade	Total	Custo amortizado	Valias não realizadas	Imparidade	Total
Dívida pública	2.077.326.183	181.320.041	-	2.258.646.224	1.798.078.823	183.761.542	-	1.981.840.365
Obrigações outros emissores	1.715.077.992	29.625.535	(13.947.183)	1.730.756.344	1.841.681.058	62.999.926	(13.932.483)	1.890.748.501
Ações	402.745.989	14.621.769	(31.695.261)	385.672.497	322.793.456	5.920.655	(9.766.248)	318.947.863
Juros a receber	71.941.224	-	-	71.941.224	80.095.530	-	-	80.095.530
Total	4.267.091.388	225.567.345	(45.642.444)	4.447.016.289	4.042.648.867	252.682.123	(23.698.731)	4.271.632.259
Dos quais:								
Nível 1				4.424.592.488				4.248.719.416
Nível 2				<u>22.423.801</u>				<u>22.912.843</u>
				4.447.016.289				4.271.632.259

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, informação adicional por nível pode ser apresentada como se segue:

	<i>Eur</i>			
	2015		2014	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Dívida pública	2.303.936.207	-	2.020.838.177	-
Obrigações de outros emissores	1.734.984.534	22.423.051	1.908.934.126	22.912.093
Ações	<u>385.671.747</u>	<u>750</u>	<u>318.947.113</u>	<u>750</u>
	<u>4.424.592.488</u>	<u>22.423.801</u>	<u>4.248.719.416</u>	<u>22.912.843</u>

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 18 – Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber incluem depósitos a prazo junto do Banco Comercial Português, S.A.

Nota 19 – Investimentos a deter até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade correspondem aos ativos transferidos em 2011 da categoria de disponíveis para venda, de acordo com o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e podem ser analisados como segue:

	31 dezembro 2015			31 dezembro 2014			Na data da transferência				Eur
	Valor de	Valor de	Reserva de	Valor de	Valor de	Reserva de	Valor de	Reserva de	Cash flows	Taxa de juro	
	Balanco dos	mercado	justo valor	Balanco dos	mercado	justo valor	reclassificado	de justo valor	futuros (b)	efetiva (c)	
	investimentos		amortizada	investimentos		amortizada	de ativos				
	detidos até à		até	detidos até à		até	disponíveis				
	maturidade		31.12.2014	maturidade		31.12.2013	para venda				
							(a)				
Dívida pública	375.710.216	489.229.554	105.022.242	445.557.286	585.094.229	83.894.220	481.346.191	(174.089.431)	893.264.338	10.3%	
Obrigações de outros emissores	77.121.358	81.035.153	19.961.039	85.663.545	92.669.733	17.571.552	163.903.867	(23.378.682)	217.372.176	6.2%	
Total	452.831.574	570.264.707	124.983.281	531.220.831	677.763.962	101.465.772	645.250.058	(197.468.113)	1.110.636.514		
Juros	9.073.130			9.798.158							
Total	461.904.704			541.018.989							

(a) Corresponde ao valor de mercado na data da reclassificação e ao valor reclassificado para investimentos detidos até à maturidade

(b) Montantes totais de capitais e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência

(c) A taxa efetiva foi calculada com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do ativo

Os ativos a deter até à maturidade são analisados como se segue:

	2015				Eur
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Juro decorrido	Total	
Dívida pública	444.777.405	(69.067.189)	8.677.543	384.387.759	
Obrigações de outros emissores	80.539.001	(3.417.643)	395.587	77.516.945	
Total	525.316.406	(72.484.832)	9.073.130	461.904.704	
	2014				
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Juro decorrido	Total	
Dívida pública	535.752.497	(90.195.211)	9.347.812	454.905.098	
Obrigações de outros emissores	91.470.675	(5.807.130)	450.346	86.113.891	
Total	627.223.172	(96.002.341)	9.798.158	541.018.989	

Se a reclassificação anteriormente mencionada não tivesse ocorrido, os valores adicionais a reconhecer na reserva de reavaliação seriam como segue:

	Eur				
	2015	2014	2013	2012	2011
Reserva de reavaliação	117.433.133	146.543.131	93.455.050	93.359.506	(107.427.692)
Imposto diferido na reserva	(34.642.774)	(46.161.086)	(29.438.341)	(27.074.257)	26.856.923
	82.790.359	100.382.045	64.016.709	66.285.249	(80.570.769)

Nota 20 – Terrenos e edifícios de rendimento

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Valor de Aquisição	10.724.180	11.116.580
Amortizações acumuladas	(2.851.167)	(2.867.163)
Imparidade	(4.807.258)	(5.004.568)
Saldo no final do ano	3.065.755	3.244.849
Justo valor	3.378.900	3.504.800

A vida útil estimada das propriedades de investimento é analisada como segue:

	Vida útil estimada
Edifícios	34 anos
Componentes	10 anos

Em Agosto de 2015, a Companhia vendeu uma fracção do seu imóvel, com um ganho de Euro 10.424. À data de 31 de dezembro de 2015, atendendo à inexistência de indicadores de imparidade adicionais, a Companhia não solicitou a reavaliação deste ativo.

Nota 21 – Outros ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Equipamento		
Equipamento informático	544.332	471.771
Equipamento administrativo	155.019	7.876
Outro equipamento	1.994.836	1.420.111
	2.694.187	1.899.758
Amortizações acumuladas	(420.435)	(252.373)
Saldo líquido	2.273.752	1.647.385

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

				<i>Eur</i>
	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2014	471.771	7.876	1.420.111	1.899.758
Aquisições	<u>72.561</u>	<u>147.143</u>	<u>574.725</u>	<u>794.429</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>544.332</u>	<u>155.019</u>	<u>1.994.836</u>	<u>2.694.187</u>
Amortizações				
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(216.161)	(4.338)	(31.874)	(252.373)
Amortizações do exercício	<u>(109.057)</u>	<u>(26.495)</u>	<u>(32.510)</u>	<u>(168.062)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(325.218)</u>	<u>(30.833)</u>	<u>(64.384)</u>	<u>(420.435)</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro 2014	<u>255.610</u>	<u>3.538</u>	<u>1.388.237</u>	<u>1.647.385</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro 2015	<u>219.114</u>	<u>124.186</u>	<u>1.930.452</u>	<u>2.273.752</u>

Nota 22 – Ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>
	Software
Custo de aquisição	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	8.977.573
Aquisições	<u>1.044.336</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>10.021.909</u>
Amortização acumulada	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(3.298.391)
Amortizações do exercício	<u>(1.313.421)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(4.611.812)</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro 2014	<u>5.679.182</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro 2015	<u>5.410.097</u>

Nota 23 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>		
	2015		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Provisão matemática	223.879.193	4.066.854.063	4.290.733.256
Provisão para sinistros	36.452.971	16.214.034	52.667.005
Provisão para participação nos resultados	283.801	148.032.808	148.316.610
Atribuída	283.801	32.741.489	33.025.290
A atribuir	-	115.291.320	115.291.320
Total bruto	260.615.965	4.231.100.905	4.491.716.871
Provisão matemática	1.071.899	-	1.071.899
Provisão para sinistros	4.173.023	-	4.173.023
Total resseguro	5.244.922	-	5.244.922
Saldo líquido	255.371.043	4.231.100.905	4.486.471.949

	<i>Eur</i>		
	2014		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Provisão matemática	211.527.936	3.967.952.009	4.179.479.945
Provisão para sinistros	34.645.815	18.716.716	53.362.531
Provisão para participação nos resultados	418.884	133.364.765	133.783.649
Atribuída	418.884	29.392.486	29.811.370
A atribuir	-	103.972.279	103.972.279
Total bruto	246.592.635	4.120.033.490	4.366.626.125
Provisão matemática	927.372	-	927.372
Provisão para sinistros	2.629.478	-	2.629.478
Total resseguro	3.556.850	-	3.556.850
Saldo líquido	243.035.785	4.120.033.490	4.363.069.275

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, estão classificados como contratos de investimento.

Adicionalmente, de acordo com o IFRS 4, a Companhia efetuou um teste de adequação das responsabilidades. Em resultado deste teste, à data de 31 de dezembro de 2015, as provisões técnicas incluem um reforço no montante de Euro 25.100.000 (2014: Euro 25.115.000). O teste foi efetuado com base em pressupostos que representam a melhor estimativa (ver nota 33).

A provisão para participação nos resultados corresponde aos montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática.

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Saldo em 1 de janeiro	133.783.649	47.098.310
Montantes pagos	(31.864.543)	(32.031.156)
Estimativa de montantes a atribuir	35.078.463	17.754.585
Participação nos resultados a atribuir ("Shadow")	11.319.041	100.961.910
Total	148.316.610	133.783.649

A provisão para participação nos resultados inclui o ajustamento relativo ao “*shadow*”, o qual corresponde a uma estimativa dos ganhos e perdas potenciais nos ativos afetos à cobertura de responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária, até ao montante em que é expectável que os tomadores de seguro venham a participar nesses ganhos e perdas não realizadas no momento em que as mesmas se tornem efetivas, de acordo com os respetivos termos contratuais e legislação aplicável. Em 31 de Dezembro de 2015 o ajustamento do “*shadow*” totaliza Euro 115.291.000 (2014: Euro 103.972.000).

De acordo com a regulamentação e a legislação contratual em vigor, a participação nos resultados foi calculada para todos os produtos e/ou por apólice, quando aplicável. Para alguns casos, pode ser atribuída uma participação nos resultados superior à participação legalmente exigida, por decisão da Gestão.

Nota 24 – Benefícios a empregados

Pensões de reforma e outros benefícios

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no CCT. Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar (coberturas de invalidez e sobrevivência imediata) e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de dezembro de 2011 foi assinado um novo CCT. Com a revisão deste contrato, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados à data de 31 de dezembro de 2011 relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, na forma de um plano individual de reforma (“PIR”), prevendo garantia de capital, quer no que respeita aos valores transferidos do plano anterior (contribuição inicial), como às entregas subsequentes efectuadas pela Companhia.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia, incluindo o referido PIR, estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”. Atendendo à cláusula de garantia de capital associada ao PIR, o contrato celebrado com o Fundo estabelece que a Companhia efectuará contribuições adicionais na data de reforma dos trabalhadores se, nessa data, o saldo da conta PIR for inferior à soma total das contribuições, sendo a respectiva entrega de montante igual à diferença entre as contribuições e o saldo do PIR. Nesta base, de acordo com o IAS 19, o PIR classifica-se em substância como um plano de benefício definido.

Anualmente, a Companhia procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação atuarial efectuada em cada ano.

A avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios da Companhia é efectuada anualmente, sendo a última com data de referência de 31 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2015	2014
Numero de participantes		
Ativos	144	144
Reformados e pensionistas	19	19
	163	163

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é apresentada como segue:

	2015	2014
Taxa de desconto	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento salarial	2,50%	2,50%
Taxa de rendimento esperada do fundo	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Tábuas de mortalidade		
Homens	TV88/90	TV88/90
	TV 88/90 - 3	TV 88/90 - 3
Mulheres	anos	anos
Método atuarial	Unidade de crédito projectada	Unidade de crédito projectada

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2015 e 2014, são como segue:

	2015				2014			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Responsabilidades por benefícios	(9.922.475)	(2.096.493)	(152.240)	(12.171.208)	(10.318.267)	(1.994.495)	(146.571)	(12.459.333)
Justo valor dos ativos do plano	10.240.434	-	-	10.240.434	10.321.161	-	-	10.321.161
Ativos / (responsabilidades) líquidas do plano	317.959	(2.096.493)	(152.240)	(1.930.774)	2.894	(1.994.495)	(146.571)	(2.138.172)

Adicionalmente, a Companhia transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida. O número de colaboradores cobertos por essas apólices ascende a 3 (2014: 3), e o valor total da responsabilidade ascende a Euro 1.025.000 (2014: Euro 1.086.000), o qual está incluído no valor das provisões matemáticas do Ramo Vida.

Os “Outros benefícios de longo prazo” referem-se ao prémio de permanência considerado no actual CCT.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é analisado como segue:

	2015				2014			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Responsabilidades em 1 de janeiro	10.318.267	1.994.495	146.571	12.459.333	8.525.960	1.143.999	89.212	9.759.171
Custo do serviço corrente	100.695	129.133	20.707	250.535	13.530	45.824	16.907	76.261
Custo dos juros	201.085	39.659	2.776	243.520	290.685	39.508	2.916	333.109
Pagamentos efetuados pelo fundo ou companhi	(494.209)	(32.067)	(20.795)	(547.071)	(490.962)	(34.058)	(31.686)	(556.706)
(Ganhos) / perdas atuariais	(189.280)	(34.727)	2.981	(221.026)	1.589.896	781.001	69.222	2.440.119
Programas de reformas antecipadas e pré-reform	-	-	-	-	363.036	18.221	-	381.257
Transferência entre fundos	(14.083)	-	-	(14.083)	26.122	-	-	26.122
Responsabilidades em 31 de dezembro	9.922.475	2.096.493	152.240	12.171.208	10.318.267	1.994.495	146.571	12.459.333

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são como segue:

	2015				2014			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Custo do serviço corrente	100.695	129.133	20.707	250.535	13.530	45.824	16.907	76.261
Líquido do rendimento esperado do fundo e cus	74.818	39.659	2.776	117.253	62.164	39.508	2.916	104.588
(Ganhos) / perdas atuariais	-	-	2.981	2.981	-	-	69.222	69.222
Plano de reformas antecipadas e pré-reformas	-	-	-	-	363.036	18.221	-	381.257
Custo do exercício	175.513	168.792	26.464	370.769	438.730	103.553	89.045	631.328

A variação do fundo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

		<i>Eur</i>
	2015	2014
Saldo em 1 de janeiro	10.321.161	8.597.796
Contribuições da companhia	168.058	1.714.225
Pagamentos efetuados pelo fundo	(494.209)	(490.962)
Retorno esperado do fundo	126.267	228.521
Ganhos / (perdas) atuariais do fundo	133.239	245.459
Transferências entre associados	(14.082)	26.122
Saldo em 31 de dezembro	10.240.434	10.321.161

As contribuições para o Fundo de Pensões efetuadas pela Companhia ascenderam a Euro 168.000 (2014: Euro 1.714.000), as quais foram na sua totalidade efetuadas em dinheiro.

Os ganhos/(perdas) atuariais em 2015 e 2014, reconhecidos no outro rendimento integral, são analisadas como segue:

	2015			2014		
	Plano pensões	Outros benefícios	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Total
Saldo em 1 de janeiro	4.461.285	1.218.481	5.679.766	3.116.848	437.480	3.554.328
(Ganhos) / perdas atuariais nas responsabilidades	(189.280)	(34.727)	(224.007)	1.589.896	781.001	2.370.897
(Ganhos) / perdas atuariais do fundo	(133.239)	-	(133.239)	(245.459)	-	(245.459)
Saldo em 31 de dezembro	4.138.766	1.183.754	5.322.520	4.461.285	1.218.481	5.679.766

Em 31 de dezembro de 2014 os (ganhos)/perdas atuariais resultantes da alterações dos pressupostos atuariais foram de Euro 2.378.000. Em 2015 os pressupostos actuariais não foram alterados, tal como previamente divulgado nesta nota.

Os Ativos/(responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

	2015				2014			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Ativos / (responsabilidades) 1 janeiro em Balanço	2.894	(1.994.495)	(146.571)	(2.138.172)	71.836	(1.143.999)	(89.212)	(1.161.375)
Custo do Exercício	(175.513)	(168.792)	(26.464)	(370.769)	(438.730)	(103.553)	(89.045)	(631.328)
(Ganhos) / perdas atuariais	322.519	34.727	-	357.246	(1.344.437)	(781.001)	-	(2.125.438)
Benefícios pagos pela companhia	-	32.067	20.795	52.862	-	34.058	31.686	65.744
Contribuições dos empregados e outras	168.058	-	-	168.058	1.714.225	-	-	1.714.225
Ativos / (responsabilidades) 31 dezembro em Balanço	317.958	(2.096.493)	(152.240)	(1.930.775)	2.894	(1.994.495)	(146.571)	(2.138.172)

Os ativos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Títulos de rendimento variável	2.672.753	2.541.441
Títulos de rendimento fixo	6.902.053	6.711.617
Imóveis	112.645	279.799
Outros	552.983	788.304
	10.240.434	10.321.161

À data de 31 de dezembro de 2015 o fundo de pensões da Companhia não tem exposição a activos do Grupo.

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo total com pensões. Considerando esta situação, procedemos a uma análise de sensibilidade considerando uma variação positiva de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (6,25% para 7,25%). O impacto é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Impacto no Custo com Pensões	20.256	20.661
Impacto nas Responsabilidades	335.439	319.119

As análises de sensibilidade à taxa de desconto, crescimento salarial futuro e crescimento futuro das pensões apresentam-se como segue:

	Impacto alteração de pressupostos demograficos	
	-1,00%	1,00%
	<i>Eur</i>	<i>Eur</i>
Taxa de Desconto	1.947.401	-1.540.364
Taxa de Crescimento das Pensões	-1.485.932	1.761.502
Taxa de Crescimento dos Salários	-326.022	433.829
	Impacto alteração de pressupostos demograficos	
	+1 ano	
	<i>Eur</i>	
Alteração da Tábua de Mortalidade	438.789	

No que respeita ao Plano Complementar de Contribuição Definida iniciado em 2012, a Companhia contribuiu em 2015 com o montante de Euro 140.000. Adicionalmente, em 2015, no âmbito do CCT revisto, a Companhia efectuou ainda uma contribuição no montante de Euro 118.000 para o PIR dos trabalhadores.

À data de 31 de dezembro de 2015 a responsabilidade total com o PIR ascende a Euro 1.807.000 e o valor do Fundo a cobrir esta responsabilidade ascende a Euro 1.807.000

Nota 25 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Tomadores de seguros	4.642.445	10.223.236
Mediadores de seguros	7.738	12.608
Resseguradores	334.622	29.994
	4.984.805	10.265.838
Imparidade	(88.190)	(53.530)
Total	4.896.615	10.212.308
Outros devedores	674.785	1.366.713
Total Outros devedores	674.785	1.366.713
Total	5.571.400	11.579.021

Na rubrica Devedores por operações de seguro direto - tomadores de seguro encontra-se registado o montante de Euro 4.641.000 (2014: Euro 10.221.000) referente ao valor de recibos de prémio por cobrar.

Os movimentos ocorridos no exercício por perdas de imparidade em Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros, são apresentados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Saldo no início do ano	53.530	37.703
Dotação do exercício	34.660	15.827
Saldo no final do ano	88.190	53.530

Nota 26 – Impostos correntes e Impostos diferidos

A Ocidental Vida determinou a carga fiscal do ano com base numa taxa de imposto de 29,5% (taxa nominal de 21% mais 8,5% de derramas municipais e estaduais).

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de 4 anos, o qual é alargado para 6 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Ativos por impostos correntes	26.832.229	-
Ativos por impostos diferidos	14.179.413	10.277.013
Ativos por impostos	41.011.642	10.277.013
Passivos por impostos correntes	8.294.960	24.022.432
Passivos por impostos	8.294.960	24.022.432

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser analisados como segue:

	<i>Eur</i>					
	Ativos		Passivos		Líquido	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Ativos financeiros	-	-	3.974.559	56.346	3.974.559	56.346
Passivos por contratos de seguro e de investimento	7.404.593	7.408.831	-	-	7.404.593	7.408.831
Provisões	1.201.932	1.194.492	-	-	1.201.932	1.194.492
Outros (incluindo benefícios a empregados)	1.598.329	1.617.344	-	-	1.598.329	1.617.344
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	10.204.854	10.220.667	3.974.559	56.346	14.179.413	10.277.013

O movimento do imposto diferido de balanço em 2015 e 2014 foi reconhecido como segue:

	<i>Eur</i>			
	2015		2014	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva
Ativos financeiros	6.181.352	(2.263.139)	-	6.929.448
Passivos por contratos de seguro e de investimento	(4.238)	-	(3.550.017)	-
Provisões	7.440	-	(223.347)	-
Outros	32.298	(51.313)	(37.444)	720.069
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	6.216.852	(2.314.452)	(3.810.808)	7.649.517

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2015 e 2014 é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Imposto corrente	(19.985.663)	(26.187.358)
Imposto diferido	6.216.852	(3.810.808)
Total do imposto reconhecido em resultados	(13.768.811)	(29.998.166)

O imposto sobre o rendimento reconhecido em capital próprio em 2015 e 2014 é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Imposto reconhecido na reserva de reavaliação		
Imposto corrente	(46.799.763)	(68.159.067)
Imposto diferido	15.361.591	24.078.010
	(31.438.172)	(44.081.057)
Ganhos / (perdas) atuariais		
Imposto diferido	687.783	739.096
Total	(30.750.389)	(43.341.961)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Resultado antes de impostos	41.672.442	85.062.707
Taxa de imposto	29,5%	31,5%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	12.293.370	26.794.753
Tributação autónoma	72.708	92.179
Outras diferenças permanentes	1.402.733	3.111.234
	13.768.811	29.998.166

Nota 27 – Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento

Esta rubrica no montante de Euro 5.240.076.000 (2014: Euro 5.463.647.000) é relativa aos passivos financeiros relacionados com os contratos de investimento de *unit linked*. Estes passivos compreendem também o justo valor das garantias ou opções incorporadas nesses contratos.

De acordo com os critérios definidos no IFRS 13, os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento classificam-se como nível 2. A avaliação destes passivos é efetuada pela Companhia tendo por base o justo valor dos ativos subjacentes.

Nota 28 – Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Passivos subordinados	120.000.000	120.000.000
Depósitos recebidos de resseguradores	8.447.203	7.493.160
Total	128.447.203	127.493.160

Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

Adicionalmente, no contexto das medidas implementadas com vista à gestão/optimização do capital da Companhia, os Outros passivos financeiros incluem o montante de Euro 120.000.000, relativo a um empréstimo subordinado concedido pelo único accionista - Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S, S.A., de acordo com o contrato datado de 5 de dezembro de 2014. Este contrato, sem maturidade, estabelece uma remuneração de 4,75% durante um período de 5 anos, e Euribor 6 meses + *spread* de 475 pb, para os períodos seguintes.

Nota 29 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta é analisado como segue:

		<i>Eur</i>
	2015	2014
Tomadores de seguros e intermediários	12.758.593	12.627.169
Resseguradores	1.499.852	2.559.319
Credores por operações de seguro e resseguro	14.258.445	15.186.488
Outros credores	29.793.294	11.356.490
Total	44.051.739	26.542.978

A rubrica de Tomadores de seguros e intermediários inclui o valor de comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A. no montante de Euro 12.968.000 (2014: Euro 12.627.000), ao abrigo do acordo de distribuição celebrado com a Ocidental Vida.

Os Outros credores incluem o montante de Euro 27.687.000 (2014: Euro 7.679.000) relativo a operações por liquidar resultantes da aquisição de ativos financeiros no fim do ano.

Nota 30 – Outras Provisões

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a variação das outras provisões foi como segue:

		<i>Eur</i>
	2014	2014
Saldo em 1 de janeiro	4.049.126	4.923.291
Dotação/(reversão) líquida do exercício	25.220	(874.165)
Saldo em 31 de dezembro	4.074.346	4.049.126

II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio

Nota 31 – Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas

Capital

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social da Ocidental Vida, no montante de Euro 23.375.000, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 4.475.000 ações, com o valor nominal de Euro 5 cada.

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. é detida a 100% pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., com sede na Avenida Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10 em Porto Salvo, a qual elabora as demonstrações financeiras consolidadas.

Reserva de reavaliação (reserva de justo valor)

A reserva de justo valor corresponde: (i) ao valor acumulado das variações de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a política contabilística descrita na nota II.1 d), e; (ii) as perdas líquidas acumuladas dos ativos reclassificados para a categoria de investimentos detidos até à maturidade, na data da sua reclassificação, que serão amortizadas até à maturidade dos ativos transferidos (ver nota 19).

Os movimentos da reserva de justo valor dos ativos financeiros categorizados como disponíveis para venda, durante 2015 e 2014, são analisados como segue:

		<i>Eur</i>
	2015	2014
Saldos em 01 de janeiro	252.682.123	64.490.524
Ajustamentos no justo valor	(22.520.628)	190.842.547
Vendas	(4.594.150)	(2.650.948)
Saldos em 31 de dezembro	225.567.345	252.682.123

A reserva de justo valor dos ativos financeiros categorizados como disponíveis para venda pode detalhar-se como se segue:

		<i>Eur</i>
	2015	2014
Custo amortizado	4.267.091.388	4.042.648.867
Imparidade	(45.642.444)	(23.698.731)
Custo amortizado, líquido de imparidade	4.221.448.944	4.018.950.136
Justo valor	4.447.016.289	4.271.632.259
Ajustamentos no justo valor reconhecidos na reserva reavaliação	225.567.345	252.682.123
Participação nos resultados a atribuir	(115.291.320)	(103.972.279)
Reserva reavaliação de investimentos disponíveis para venda	110.276.025	148.709.844
Reserva reavaliação de investimentos detidos até à maturidade	(72.484.832)	(96.002.342)
Total	37.791.193	52.707.502

Outras reservas

Reserva por impostos diferidos e correntes

A reserva por impostos diferidos corresponde aos movimentos de imposto resultantes de diferenças temporárias reconhecidas no capital próprio, determinadas de acordo com os critérios descritos na nota II.1 t). Adicionalmente, de acordo com a legislação fiscal em vigor, tendo em conta que os ganhos/(perdas) não realizados relativos a ativos financeiros afetos a carteiras com participação nos resultados discricionária são tributáveis, o imposto corrente associado a estas flutuações de justo valor é igualmente reconhecido nesta reserva

Reserva legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Ocidental Vida tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 100% do valor do Capital social. Esta reserva não se encontra disponível para distribuição.

Resultados transitados

Em 2015 não houve lugar à distribuição de dividendos.

Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 dezembro de 2015

O Capital próprio em 31 de dezembro de 2015 é analisado como se segue:

Eur											
	Reservas de reavaliação				Reserva legal	Reserva estatutária	Prémio de emissão	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido							
Capital	22.375.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.375.000
Reservas de reavaliação - DPV, líquida	-	225.567.345	(83.570.320)	141.997.025	-	-	-	-	-	-	141.997.025
Reservas de reavaliação DPV transferidos para IDM, líquida	-	(72.484.832)	18.121.208	(54.363.624)	-	-	-	-	-	-	(54.363.624)
Participação nos resultados a atribuir ("Shadow"), líquida	-	(115.291.320)	34.010.939	(81.280.381)	-	-	-	-	-	-	(81.280.381)
Resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	-	310.788.792	-	310.788.792
Outras reservas	-	-	-	-	22.375.000	948.335	35.779.023	4.762.202	-	-	63.864.560
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.903.631	27.903.631
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(4.634.736)	-	-	(4.634.736)
Saldos 31 dezembro 2015	22.375.000	37.791.193	(31.438.173)	6.353.020	22.375.000	948.335	35.779.023	127.466	310.788.792	27.903.631	426.650.267

O Capital próprio em 31 de dezembro de 2014 é analisado como se segue:

											Eur
	Reservas de reavaliação				Reserva legal	Reserva estatutária	Prémio de emissão	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido							
Capital	22.375.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.375.000
Reservas de reavaliação - DPV, líquida	-	252.682.123	(98.753.465)	153.928.658	-	-	-	-	-	-	153.928.658
Reservas de reavaliação DPV transferidos para IDM, líquida	-	(96.002.341)	24.000.585	(72.001.756)	-	-	-	-	-	-	(72.001.756)
Participação nos resultados a atribuir ("Shadow"), líquida	-	(103.972.279)	30.671.822	(73.300.457)	-	-	-	-	-	-	(73.300.457)
Resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	-	255.724.251	-	255.724.251
Outras reservas	-	-	-	-	22.375.000	948.335	35.779.023	4.762.202	-	-	63.864.560
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55.064.541	55.064.541
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(4.940.669)	-	-	(4.940.669)
Saldos 31 dezembro 2014	22.375.000	52.707.503	(44.081.058)	8.626.445	22.375.000	948.335	35.779.023	(178.467)	255.724.251	55.064.541	400.714.128

II.7 Outras notas

Nota 32 - Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o valor das remunerações do Conselho de Administração são analisadas como segue:

	<i>Eur</i>	
	2015	2014
Remunerações	481.990	284.979
Contribuições para o fundo de pensões	5.405	2.935
	487.395	287.914

A análise das transações significativas com partes relacionadas em 2015 e 2014 é analisada como segue:

	<i>Eur</i>				
Balanço	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Holding MBCPA	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	181.147.265	-	-	-	181.147.265
Empréstimos concedidos e contas receber	350.109.822	-	-	-	350.109.822
Ativos financeiros disponíveis para venda	80.522.637	-	-	-	80.522.637
Investimentos a deter até à maturidade	17.746.648	-	-	-	17.746.648
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	2.081.774.930	22.650.917	-	-	2.104.425.847
Outros ativos	45.614	-	-	-	45.614
Total do ativo	2.711.346.916	22.650.917	-	-	2.733.997.833
Provisões técnicas	(106.589.182)	-	-	-	(106.589.182)
Outros passivos financeiros	-	-	-	(120.000.000)	(120.000.000)
Outros passivos	(13.285.699)	(91.584)	(27.240)	(380.000)	(13.784.523)
Total do passivo	(119.874.881)	(91.584)	(27.240)	(120.380.000)	(240.373.705)
Líquido Ativo / (Passivo) 2015	2.591.472.035	22.559.333	(27.240)	(120.380.000)	2.493.624.128
Líquido Ativo / (Passivo) 2014	2.797.847.042	73.789.515	(27.240)	(120.411.667)	2.751.197.650

	<i>Eur</i>				
Demonstração de resultados	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Holding MBCPA	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	7.520.081	-	36.104.201	-	43.624.282
Dividendos e juros a receber	54.951.899	1.751.506	-	-	56.703.405
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	55.116.461	1.393.082	-	-	56.509.543
Outros Proveitos	-	10.909	-	-	10.909
Total de proveitos	117.588.441	3.155.497	36.104.201	-	156.848.139
Variação provisões técnicas líquida de resseguro	(12.439.566)	-	(19.875.488)	-	(32.315.054)
Custos de aquisição	(52.343.646)	-	-	-	(52.343.646)
Gastos gerais e administrativos	(4.745.962)	(501.225)	(59.169)	(2.947.375)	(8.253.731)
Total de custos	(69.529.174)	(501.225)	(19.934.657)	(2.947.375)	(92.912.431)
Líquido Proveitos / (Custos) 2015	48.059.267	2.654.272	16.169.544	(2.947.375)	63.935.708
Líquido Proveitos / (Custos) 2014	108.913.925	2.437.296	15.238.916	(592.784)	125.997.353

As transações com o Grupo Banco Comercial Português S.A. são referentes, nomeadamente, a investimentos, a comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A., pela distribuição dos produtos da Companhia e a comissões a pagar à Millenniumbcp Prestação de Serviços, A.C.E., por serviços partilhados.

As transações com Partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares, quando aplicável.

Nota 33 – Gestão de riscos

“Como parte integrante do Modelo de Governo da Ocidental Vida, a gestão de risco é uma estrutura ativamente estabelecida na organização, que expressa a filosofia de risco, a estratégia e a atitude face ao risco da Companhia”, fonte Regulamento de Risco.

Para a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A., assumir riscos é intrínseco à forma como a Companhia cria valor para os seus clientes e acionistas. O objetivo é, por conseguinte, assegurar que o valor é adicionado ao negócio através da aceitação, concentração e transformação dos riscos, que podem ser identificados e geridos de forma eficaz dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. A Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. vê uma gestão de risco sólida como a chave para garantir um crescimento rentável e sustentável, e, consequentemente, como uma competência nuclear.

Modelo de Governo do Risco

Dentro do modelo de governo da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. está implementada uma estrutura organizacional de gestão de risco, que interage ativamente com a estrutura de gestão de risco do Grupo Ageas.

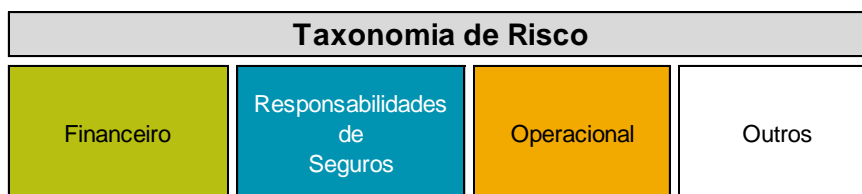
A gestão de risco na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. está suportada num processo com princípios de orientação e num quadro robusto e formalizado. O sistema de Gestão de Risco é definido através de um conjunto de regulamentos, normas de conduta, limites e padrões mínimos de aceitação de riscos pré-identificados. Contem, ainda, a descrição das funções e responsabilidades no âmbito da gestão de risco, e também define os requisitos de reporte.

A função de gestão de risco na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. está centralizada no *Chief Risk Officer* (CRO) que acumula com as funções de *Chief Financial Officer* (CFO).

Taxonomia de Risco

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação de riscos, avaliação, monitorização e reporte, dentro da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A.. A identificação dos riscos é realizada através da estrutura da taxonomia definida no regulamento da Taxonomia de Risco.

A Taxonomia de Risco é dividida em quatro grandes categorias:



Os Riscos Financeiros, de Responsabilidade de Seguros e Operacional são quantificados dentro dos requisitos do Pilar I de Solvência II, e os Outros Riscos são quantificados dentro dos requisitos do Pilar II de Solvência II.

Todos os riscos são geridos através de um dos processos chave: o Key Risk Reporting (KRR). O KRR é um processo que contribui para a elaboração e implementação da resposta adequada a nível estratégico. O *Key Risk Reporting* é o resultado do processo de identificação e avaliação dos principais riscos que podem impactar negativamente na realização dos objetivos estratégicos da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A..

Riscos Financeiros

Modelo de Governo dos Riscos Financeiros

Uma das principais categorias de risco da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. é o Risco Financeiro. Decorre do risco de perda, quer de alterações adversas das flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros, denominados Riscos de Mercado, de eventuais perdas devido ao comportamento inesperado das contrapartes e devedores, denominado Risco de Incumprimento, ou o risco de ser incapaz de atender às exigências financeiras de curto prazo, denominado Risco de Liquidez.

O modelo de governo relacionado com os Riscos Financeiros na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. está claramente definido e pode ser resumido da seguinte forma:

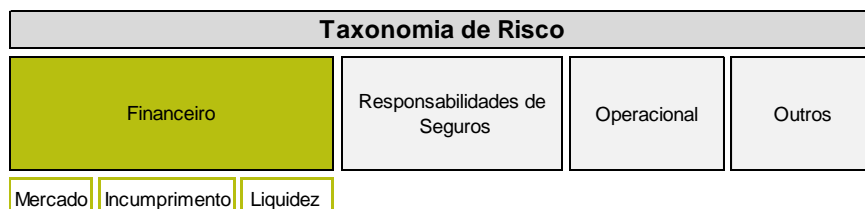
- O Conselho de Administração da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. fornece a aprovação final da Estratégia de Investimentos;
- As decisões de investimento na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. são da responsabilidade do *Chief Financial Officer* e do Departamento de Investimentos. Para além disso o *Chief Financial Officer* tem responsabilidades na gestão do Risco de Mercado, o qual delega no Comité de Investimentos;
- O Departamento de Gestão de Riscos e Atuariado:
 - É responsável pela *Strategic Asset Allocation* (SAA), bem como pelo relatório sobre a exposição de *Riscos Financeiros* da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A.;
 - Propõe novas estratégias de investimento (resultado da SAA) e fornece informações relacionadas ao Comité de Risco e ao *Chief Financial Officer*;
 - Reporta sobre a adesão à Estratégia de Investimento e regulamentos relevantes;
 - Apoia medidas (incluindo a mitigação do risco) executadas sempre que necessário, especialmente para evitar ou corrigir os limites definidos – *Apetite ao Risco*.
- A Função de Investimentos:
 - Desenvolve a Gestão Operacional de Investimentos;
 - Desenvolve a Estratégia de Investimento (alocação estratégica) em conformidade com as restrições de risco, com a regulação em vigor e com a SAA. Caso o Comité de Investimentos delegue essa responsabilidade a um gestor externo de ativos (F&C Portugal), a Função de Investimentos fornece uma orientação clara aos gestores contratados, monitorizando essa relação (as suas ações e decisões) por forma a maximizar o retorno;
 - Informar sobre a exposição aos limites definidos pelo Comité de Investimentos/Comité de Risco ou por supervisores locais.
- O Comité de Risco:
 - É responsável pela recomendação dos limites de risco, monitorizando o seu cumprimento.
- O *Risk Officer* tem como principais funções:
 - Propor e restringir o apetite ao risco bem como as restrições de riscos agregados;
 - Fornecer um parecer sobre a adequação dos Regulamentos de Risco;
 - Membro do Comité de Risco/Comité de Investimentos;
 - Dar parecer sobre a estratégia global, anterior à aprovação pela Comissão Executiva e Conselho de Administração.

A Gestão de Riscos Financeiros na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. é desenvolvida em torno de quatro blocos principais:



Gestão dos Riscos Financeiros

Os Riscos Financeiros, de acordo com a Taxonomia de Risco da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A., estão divididos nas seguintes categorias:



Risco de Incumprimento

O Risco de Incumprimento reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem os termos acordados. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como tratados de resseguro, securitizações e derivados e dívidas a receber de intermediários, mas também o incumprimento em ativos de investimento (obrigações, ações, etc.).

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o Risco de *Spread* e o Risco de Incumprimento, a Taxonomia de Risco da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. é elaborada de forma a assegurar que todos os riscos relacionados com o crédito estão identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

É possível que uma única contraparte ou várias contrapartes altamente correlacionadas possam originar riscos, tanto no Risco de Mercado como no Risco de Incumprimento. Por exemplo, é possível encontrar exposição ao Risco de *Spread* para um ressegurador via detenção de títulos ou participações, e Risco de Contraparte via proteção de resseguro.

Risco de Mercado

Os ativos e passivos da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. são geridos com o objetivo de maximizar o valor para o acionista, proporcionar um crescimento sólido, melhorar a rentabilidade, cumprir com as necessidades do cliente e proteger a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. contra qualquer consequência financeira decorrente de alterações nas taxas de juro, câmbio, *spreads*, ações, etc.. Eventos que possam resultar em perdas monetárias ou alterações na situação financeira da Companhia, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços no mercado de ativos, passivos e instrumentos financeiros, é definido na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. como Risco de Mercado.

A diversificação é uma das ações de mitigação utilizada para reduzir o Risco de Mercado, e, por conseguinte, são realizadas monitorizações à carteira de títulos de investimento no âmbito das classificações, indústrias, mercados e países.

Enquanto parte do Risco de Mercado, o Risco de Câmbio surge de alterações no nível ou na volatilidade das taxas de câmbio da moeda (Eur) face à divisa de referência dos ativos e passivos. Qualquer produto financeiro está expresso numa moeda específica e o Risco de Câmbio origina uma alteração da taxa de câmbio de uma moeda para a moeda de referência da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. (Eur). A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. definiu que todo Risco de Câmbio deverá ser coberto. Apenas os produtos *Unit Linked* estão expostos a risco de câmbio.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos financeiros detidos até à maturidade e os fundos de investimentos por tipo de garantia (incluindo juros acumulados):

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS [EUR]	2015	%	2014	%
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.447.016.289	100,0%	4.271.632.259	100,0%
Dívida pública	2.303.936.209	51,7%	2.020.838.177	47,3%
Obrigações	1.757.407.584	39,5%	1.931.846.219	45,2%
Ações	33.944.178	0,8%	43.641.400	1,0%
Fundos de investimento:				
Obrigações	66.523.657	1,5%	67.599.947	1,6%
Ações	127.226.602	2,9%	45.591.928	1,1%
Imobiliário	157.978.059	3,6%	162.114.588	3,8%
Ativos financeiros ao justo valor	4.765.751.172	100,0%	4.802.041.400	100,0%
Dívida pública	1.222.243.389	25,6%	1.144.809.277	23,9%
Obrigações	2.454.663.117	51,5%	2.919.209.151	60,8%
Fundos de investimento:				
Obrigações	618.317.284	13,0%	362.436.823	7,5%
Ações	364.839.354	7,7%	302.969.220	6,3%
Imobiliário	-	0,0%	20.032.265	0,4%
Alternativos	105.688.028	2,2%	52.584.664	1,1%
Ativos financeiros detidos até à maturidade	461.904.704	100,0%	541.018.989	100,0%
Dívida pública	384.387.759	83,2%	454.905.098	84,1%
Obrigações	77.516.945	16,8%	86.113.891	15,9%
Detidos para negociação	78.770.073	100,0%	155.418.929	100,0%
Derivados de negociação	78.770.073	100,0%	155.418.929	100,0%
Total	9.753.442.238		9.770.111.577	

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é analisado como se segue:

	2015	2014
ATIVO [EUR]		
Caixa e disponibilidades	181.147.265	125.895.808
Empréstimos e contas a receber	350.109.822	485.477.476
Devedores por operações de seguro direto, resseguro e outros	5.571.400	11.579.021
Investimentos a deter até à maturidade	579.337.837	687.562.120
Total	1.116.166.324	1.310.514.425
PASSIVO [EUR]		
Outras responsabilidades financeiras	128.447.203	127.493.160
Credores por operações de seguro direto, resseguro e outros	44.051.739	26.542.978
Total	172.498.942	154.036.138

As ações detidas pela Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. são decompostas por tipo de indústria:

AÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
Instituições financeiras	31.821.870	93,7%	42.842.900	98,2%
Sectores básicos e energéticos	794.058	2,4%	-	0,0%
Consumíveis não cíclicos	1.328.250	3,9%	798.500	1,8%
	33.944.178	100,0%	43.641.400	100,0%

Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 dezembro de 2015

As obrigações detidas pela Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. são decompostas por tipo de indústria:

OBRIGAÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda				Ativos financeiros ao justo valor				Ativos financeiros detidos até à maturidade			
	2015		2014		2015		2014		2015		2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	2.303.936.209	56,7%	2.020.838.177	51,1%	1.222.243.389	33,2%	1.144.809.278	28,2%	384.387.759	83,3%	454.905.098	84,1%
Instituições financeiras	995.594.345	24,5%	1.146.645.233	29,0%	2.202.258.223	59,9%	2.527.217.622	62,2%	17.746.648	3,8%	16.957.258	3,1%
Operações de securitização	50.238.047	1,2%	40.370.503	1,0%	-	0,0%	5.693	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Indústria	104.758.121	2,6%	87.577.776	2,2%	37.135.208	1,0%	43.504.513	1,1%	-	0,0%	-	0,0%
Setores básicos e energéticos	331.654.601	8,2%	341.379.646	8,6%	25.526.251	0,7%	9.095.831	0,2%	-	0,0%	-	0,0%
Operações hipotecárias	10.387.979	0,3%	12.495.994	0,3%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Consumíveis não cíclicos	65.854.125	1,6%	27.091.587	0,7%	2.233.201	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Consumíveis cíclicos	116.494.223	2,9%	71.818.955	1,8%	4.325.810	0,1%	12.131.890	0,3%	-	0,0%	-	0,0%
Comunicações	26.333.168	0,6%	142.934.750	3,6%	52.783.413	1,4%	53.280.507	1,3%	-	0,0%	-	0,0%
Matérias primas	11.232.904	0,3%	10.452.317	0,3%	39.801.045	1,1%	179.625.907	4,4%	-	0,0%	10.943.062	2,0%
Diversos	2.773.042	0,1%	4.237.870	0,1%	90.361.361	2,5%	94.325.740	2,3%	59.770.297	12,9%	58.213.571	10,8%
Energia	42.087.029	1,0%	46.841.588	1,3%	238.605	0,0%	21.448	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total	4.061.343.793	100,0%	4.015.328.599	100,0%	3.676.906.506	100,0%	4.064.018.429	100,0%	461.904.704	100,0%	541.018.989	100,0%

A tabela seguinte mostra a qualidade creditícia dos valores mobiliários (com base em ratings externos ou equivalentes):

OBRIGAÇÕES POR NOTAÇÃO DE RATING [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda				Ativos financeiros ao justo valor				Ativos financeiros detidos até à maturidade			
	2015		2014		2015		2014		2015		2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AAA	297.097.541	7,4%	410.976.387	10,4%	298.558	0,0%	491.080	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
AA	663.453.779	16,3%	439.483.618	11,1%	434.916	0,1%	510.179	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
A	678.377.167	16,7%	601.498.418	15,2%	33.892.019	0,9%	44.421.721	1,1%	-	0,0%	-	0,0%
BBB	716.684.740	17,6%	558.419.269	14,1%	82.043.483	2,2%	243.712.672	6,0%	17.746.648	3,9%	10.943.062	2,0%
BB	1.676.245.379	41,3%	1.913.191.670	48,4%	1.381.615.700	37,6%	1.457.757.838	35,9%	385.428.602	83,4%	472.856.748	87,4%
B	29.476.087	0,7%	29.093.334	0,8%	2.045.460.221	55,6%	2.260.563.279	55,6%	-	0,0%	57.219.179	10,6%
CCC	-	0,0%	-	0,0%	52.412.531	1,4%	51.398.030	1,3%	-	0,0%	-	0,0%
Sem Rating	9.100	0,0%	21.700	0,0%	80.749.078	2,2%	5.163.629	0,1%	58.729.454	12,7%	-	0,0%
Total	4.061.343.793	100,0%	3.952.684.396	100,0%	3.676.906.506	100,0%	4.064.018.428	100,0%	461.904.704	100,0%	541.018.989	100,0%
Dívida pública	2.303.936.209	56,7%	2.020.838.177	51,1%	1.222.243.389	33,2%	1.144.809.277	28,2%	384.387.759	83,2%	454.905.098	84,1%
Obrigações	1.757.407.584	43,3%	1.931.846.219	48,9%	2.454.663.117	66,8%	2.919.209.151	71,8%	77.516.945	16,8%	86.113.891	15,9%
Total	4.061.343.793	100,0%	3.952.684.396	100,0%	3.676.906.506	100,0%	4.064.018.428	100,0%	461.904.704	100,0%	541.018.989	100,0%

Para depósitos, outros devedores por operações de seguros e outras operações de crédito (baseados em notações de *rating* externas ou equivalentes) os números são os seguintes (os montantes associados aos *ratings* referem-se apenas aos resseguradores que apresentam saldo devedor):

[EUR]	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
Depósitos em Instituições de Crédito				
B	531.257.087	100,0%	611.373.284	100,0%
Seguros e outras operações				
AA	116.138	2,1%	29.995	0,3%
A	218.484	3,9%	-	0,0%
Sem rating	5.236.778	94,0%	11.549.026	99,7%
	5.571.400	100,0%	11.579.021	100,0%
Total	536.828.487		622.952.305	

As unidades de participação em fundos de investimento detidas pela Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. são decompostas por tipo e região geográfica:

FUNDOS DE INVESTIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA [EUR]	Ativos disponíveis para venda					
	Portugal	Luxemburgo	Alemanha	Inglaterra	Total	%
Obrigações	-	66.523.657	-	-	66.523.657	18,9%
Ações	568.022	10.726.240	69.167.540	46.764.800	127.226.602	36,2%
Imobiliário	157.978.059	-	-	-	157.978.059	44,9%
Total em 31 dezembro 2015	158.546.081	77.249.897	69.167.540	46.764.800	351.728.318	100,0%
Obrigações	-	67.599.947	-	-	67.599.947	24,6%
Ações	795.773	9.564.800	35.231.355	-	45.591.928	16,6%
Imobiliário	162.114.588	-	-	-	162.114.588	58,8%
Total em 31 dezembro 2014	162.910.361	77.164.747	35.231.355	-	275.306.463	100,0%

Nesta categoria de risco está também incluído o *Risco de Concentração*.

FUNDOS DE INVESTIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA [EUR]	Ativos financeiros ao justo valor									
	Portugal	Luxemburgo	França	Irlanda	Ilhas Virgens	EUA	Inglaterra	Ilhas Caimão	Alemanha	Total %
Obrigações	383.797	539.649.897	-	37.730.724	-	-	40.552.866	-	-	618.317.284 56,8%
Ações	106.690	285.446.676	28.059.573	30.719.301	-	6.116.849	14.192.492	-	197.773	364.839.354 33,5%
Alternativos	-	44.817.014	-	44.527.671	-	-	8.344.620	7.998.723	-	105.688.028 9,7%
Total em 31 dezembro 2015	490.487	869.913.587	28.059.573	112.977.696	-	6.116.849	63.089.978	7.998.723	197.773	1.088.844.666 100,0%
Obrigações	430.340	337.921.437	-	11.884.500	-	-	12.200.546	-	-	362.436.823 49,1%
Ações	115.190	243.324.840	7.595.288	20.377.771	-	1.800.951	29.755.180	-	-	302.969.220 41,1%
Imobiliário	-	20.032.265	-	-	-	-	-	-	-	20.032.265 2,7%
Alternativos	-	15.584.082	-	32.784.568	768.980	-	-	3.447.034	-	52.584.664 7,1%
Total em 31 dezembro 2014	545.530	616.862.624	7.595.288	65.046.839	768.980	1.800.951	41.955.726	3.447.034	-	738.022.972 100,0%

Este risco pode decorrer de grandes investimentos agregados numa única contraparte ou num número de contrapartes positivamente correlacionadas (ou seja, tendência para entrar em incumprimento em circunstâncias semelhantes), com potencial para originar uma quantidade significativa de perda de capital.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é o risco esperado e inesperado das exigências de caixa pelos tomadores de seguros e por outros credores que não podem ser satisfeitos sem sofrer perdas ou sem pôr em perigo o negócio devido a restrições de disponibilidade de ativos.

Para monitorizar o Risco de Liquidez, a abordagem da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. enquadra-se numa combinação de gestão de recursos de financiamento, bem como na manutenção de uma reserva de ativos altamente negociáveis (de acordo com as regras de investimento).

A 31 de dezembro de 2015 e 2014, os cash-flows previsionais (não descontados) para os instrumentos financeiros, de acordo com sua maturidade, são apresentados da seguinte forma:

							Eur
Risco de liquidez 2015	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros a taxa fixa	88.004.607	89.142.553	408.454.659	2.262.967.615	1.893.904.110	66.523.657	4.808.997.201
Ativos financeiros a taxa variável	23.604.610	42.682.786	32.732.573	370.498.689	43.802.317	-	513.320.975
Outros ativos financeiros	47.116.564	98.722.239	225.226.595	92.724.933	164.271.614	320.348.843	948.410.788
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	14.160.513	206.744.208	561.224.910	2.093.841.700	1.253.993.666	1.088.844.666	5.218.809.663
Ativos Financeiros	172.886.294	437.291.786	1.227.638.737	4.820.032.937	3.355.971.707	1.475.717.166	11.489.538.627
Ativos Não Financeiros	132.324	441.372	3.939.091	49.487.673	3.078.271	-	57.078.731
Total de Ativos	173.018.618	437.733.158	1.231.577.828	4.869.520.610	3.359.049.978	1.475.717.166	11.546.617.358
Outros passivos financeiros	9.128.616	5.137.052	10.626.002	27.607.272	-	120.000.000	172.498.942
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	13.518.498	354.546.502	619.371.596	1.800.171.034	2.452.468.715	-	5.240.076.345
Passivos Financeiros	22.647.114	359.683.554	629.997.598	1.827.778.306	2.452.468.715	120.000.000	5.412.575.287
Passivos Não Financeiros	35.981.227	55.610.368	190.201.047	1.324.829.335	3.690.717.405	-	5.297.339.382
Total de Passivos	58.628.341	415.293.922	820.198.645	3.152.607.641	6.143.186.120	120.000.000	10.709.914.669

							Eur
Risco de liquidez 2014	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros a taxa fixa	141.005.141	401.670.835	730.519.038	1.900.644.224	1.668.724.197	69.492.746	4.912.056.180
Ativos financeiros a taxa variável	33.340.248	38.660.797	39.305.074	154.287.949	37.291.587	-	302.885.656
Outros ativos financeiros	38.035.672	73.816.769	422.196.797	63.791.484	192.650.364	252.547.931	1.043.039.017
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	27.269.055	254.290.522	186.471.310	2.412.541.776	1.898.338.679	738.022.971	5.516.934.313
Ativos Financeiros	239.650.116	768.438.924	1.378.492.219	4.531.265.433	3.797.004.827	1.060.063.647	11.774.915.166
Ativos Não Financeiros	191.539	383.078	1.799.731	18.219.611	3.871.939	-	24.465.899
Total de Ativos	239.841.655	768.822.002	1.380.291.950	4.549.485.044	3.800.876.766	1.060.063.647	11.799.381.064
Outros passivos financeiros	13.704.992	5.269.826	9.319.130	5.742.190	-	120.000.000	154.036.138
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	13.931.755	110.662.174	623.252.794	2.329.400.900	2.386.399.162	-	5.463.646.785
Passivos Financeiros	27.636.747	115.932.000	632.571.924	2.335.143.090	2.386.399.162	120.000.000	5.617.682.923
Passivos Não Financeiros	63.153.369	139.753.536	612.236.852	1.110.670.076	2.959.386.390	-	4.885.200.223
Total de Passivos	90.790.116	255.685.536	1.244.808.776	3.445.813.166	5.345.785.552	120.000.000	10.502.883.146

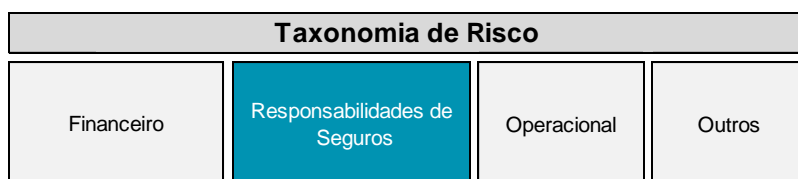
O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve por base os princípios e pressupostos existentes na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. para a gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários respeitantes aos requisitos de divulgação aplicáveis.

Para ativos financeiros, nomeadamente os investimentos, foi utilizado como critério a maturidade contratual e a data de vencimento, tendo sido considerado o valor nominal adicionado ao valor do cupão projetado a pagar até à maturidade, aplicando-se para a taxa variável (*floating rate notes*) o cupão pago em dezembro de 2015 e 2014, respetivamente.

No que diz respeito ao passivo, no apuramento dos cash-flows previsionais da provisão matemática do ramo Vida (passivos não financeiros) e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento, foram considerados os seguintes pressupostos:

- i) O valor de balanço dos contratos *Unit Linked* foi considerado com maturidade “à vista”;
- ii) No cálculo dos cash-flows não foram considerados resgates antecipados.

Riscos com Responsabilidade de Seguros



Modelo de Governo dos Riscos com Responsabilidade de Seguros

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. gere o Risco com Responsabilidade de Seguros através da conjugação dos seus regulamentos de subscrição (*underwriting*), *pricing*, provisionamento e resseguro.

A estrutura de governo do Risco com Responsabilidade de Seguros é resumida como se segue:

- A área de subscrição (como parte da primeira linha de defesa) é responsável por assegurar que são desenvolvidos os processos adequados para gerir os riscos de subscrição, e que estes processos apoiam a realização dos objetivos estratégicos do negócio;
- Definição de Regulamentos de Risco e dos respetivos limites de aceitação de riscos. Caso estes limites sejam ultrapassados, o *Risk Officer* é informado sobre o limite ultrapassado e sobre as ações de mitigação a serem desenvolvidas;
- A função de Gestão do Risco é responsável por definir o *Apetite ao Risco* de subscrição bem como o *Apetite ao Risco* de forma agregada, bem como avaliar/gerir os Riscos de Seguros de acordo com as regras e os regulamentos estabelecidos na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.;
- A função de Gestão do Risco tem uma visão agregada dos riscos de subscrição assumidos;
- O Comité de Risco é responsável pela recomendação dos Limites de Risco, avaliando regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas;
- É desenvolvido um plano de negócios/orçamento de acordo com o perfil de risco da Companhia. Caso seja necessário, são desenvolvidos controlos para garantir que os riscos permanecem dentro dos objetivos definidos.

Na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. diversas áreas estão envolvidas na Gestão de Riscos com Responsabilidade de Seguros, tais como a Gestão de Risco, Atuariado, Subscrição, Resseguro e Investimentos.

Subscrição e Pricing

A subscrição é uma das atividades mais importantes da atividade seguradora, fazendo parte do processo global de Gestão dos Riscos com Responsabilidade de Seguros. Um contrato de seguro transfere o risco dos segurados para a Companhia de seguros. O processo pelo qual os segurados são segmentados, de acordo com os níveis de sinistralidade esperada, e que possibilita uma adequada definição do prémio, assente no perfil de risco do mesmo, é o processo de subscrição. Este processo permite que o prémio seja adequado ao nível do risco esperado, incluindo ainda uma margem para desvios inesperados.

Os regulamentos de subscrição integram os regulamentos globais de gestão de riscos. As mesmas são definidas e revistas em articulação com o departamento atuarial, atendendo aos dados históricos de perdas registadas. Para o efeito, é usado um vasto conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de análise estatística, por forma a melhorar as normas de subscrição, a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

O resultado do processo de Subscrição deve fornecer prémios adequados para cobrir tanto os riscos esperados como os riscos inesperados das apólices de seguros.

Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira, tanto numa base *a priori* (por exemplo, *profit testing*), como *a posteriori* (por exemplo, *embedded value* e rácios combinados).

Os fatores tomados em consideração na definição dos preços dos contratos de seguros variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos. No geral, incluem:

- Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus prazos;

- O nível de incerteza associado aos custos esperados (o que inclui uma análise estatística dos custos com sinistros, bem como da evolução da jurisprudência, conjuntura económica e tendências demográficas);
- Outros custos associados à comercialização de cada produto, tais como custos com a distribuição, marketing, gestão de apólices e gestão de sinistros;
- Condições do mercado de capitais e inflação;
- Requisitos de capital (solvência);
- Objetivos de rentabilidade;
- Condições do mercado segurador, nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecidos por concorrentes.

Provisionamento

A adequação das responsabilidades é revista anualmente, sendo as alterações consideradas necessárias imediatamente reconhecidas e registadas. O teste de adequação das responsabilidades (LAT) está em linha com as exigências das IFRS, sendo definido de modo a dar garantias à gestão da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. que existem ativos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor (*best estimate*), i.e., calculadas numa base económica, com um elevado grau de confiança. A seleção das resseguradoras baseia-se principalmente em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte.

A análise da adequação dos prémios e das provisões é regularmente efetuada pelos atuários responsáveis da Companhia, sendo as provisões regularmente certificadas por uma entidade externa.

Resseguro

Quando apropriado, a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos. A seleção das resseguradoras baseia-se principalmente em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte. O principal objetivo das resseguradoras é mitigar o impacto dos grandes sinistros, decorrentes de grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados ou o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

A exposição máxima ao risco por ocorrência, após resseguro e franquias, é resumida de seguida por linha de negócio:

Vida [EUR]			
Ramo	Tipo de Resseguro	Limite de cobertura	Retenção/Prioridade
Vida/Invalidez	Excedente	4.400.000	110.000
Vida/Invalidez	Quota Parte	550.000	110.000
Vida (catástrofes)	CAT Excesso de Perdas (XL)	15.000.000	350.000

Gestão dos Riscos com Responsabilidade de Seguros

A aceitação de riscos através de contratos de seguro deve ser sujeita a princípios robustos de gestão de risco. A exposição ao risco de seguro que a Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. está disposta a aceitar deve estar em linha com o apetite ao risco e com a estratégia definida.

Os riscos assumidos através de contratos de seguros são classificados como Riscos com Responsabilidade de Seguros, de acordo com a Taxonomia de Risco em vigor na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A..

O Risco com Responsabilidade de Seguros refere-se a todos os riscos inerentes à atividade seguradora, excluindo quaisquer elementos cobertos pelos riscos estratégicos, financeiros e operacionais.

Riscos com Responsabilidade de Seguros de Vida

O Risco com Responsabilidades de Seguros Vida divide-se em dois grandes blocos: Risco de Subscrição (*Underwriting Risk*) e Risco de Catástrofe (*Catastrophe Risk*).

Os sinistros relativos aos produtos de Vida Risco e de Rendas Vitalícias são sensíveis a mudanças nas taxas de mortalidade. A diminuição na taxa de mortalidade é conhecida como Risco de Longevidade, enquanto o aumento da mesma considera-se como Risco de Mortalidade. O aumento inesperado nas taxas de mortalidade conduzirá a um aumento dos sinistros previstos para os produtos de Vida Risco e uma diminuição dos sinistros para os produtos de Rendas Vitalícias, enquanto o decréscimo nas taxas de mortalidade terá o impacto exatamente oposto. Dada a natureza a longo prazo do ramo Vida, mudanças inesperadas nas taxas de resgates ou nas despesas a curto prazo podem também ter um impacto significativo.

O Risco de Longevidade é gerido através do *pricing* do regulamento de subscrição e de uma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os prémios e constituir as provisões. Na conclusão de que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são constituídas provisões suplementares e os prémios ajustados em conformidade.

O Risco de Mortalidade pode tornar-se significativo se se manifestarem doenças epidémicas ou se ocorrer um grande número de mortes na sequência de catástrofes, tais como acidentes industriais ou ataques terroristas. Este risco é mitigado através do regulamento de subscrição e da revisão regular das tabelas de mortalidade, mas também através de tratados de resseguro de proteção da retenção.

O Risco de Catástrofe é o risco de perda ou de alteração do valor do passivo seguro, resultante da incerteza significativa dos preços e provisionamento dos pressupostos relacionados com eventos extremos ou excecionais.

De acordo com a atual regulamentação, as provisões para seguros de Vida são calculadas de acordo com os pressupostos atuariais definidos em cada apólice.

Para a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. os pressupostos são os seguintes:

	<u>Tabela de Mortalidade</u>	<u>Taxa Técnica</u>
Risco	PM 60/64 or GKM 80	3% or 4%
Rendas*	GKF 95	1%, 1.5%, 2%, 2.5%, 2.75%
Produtos financeiros com participação nos resultados	PF 60/64 or GKF 80	0%, 2%, 2.4%, 3%, 3.25% ou 4%

* A reserva matemática de cada apólice em vigor não poderá ser inferior ao montante calculado com base na tábua de mortalidade GKF 95 e na taxa técnica de 2,75%.

Em 31 dezembro de 2015 e de 2014, para efeitos de análise da adequação das responsabilidades, os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica das carteiras. Os *cash flows* futuros são avaliados através do modelo interno de *embedded value* e foram descontados com base na curva de taxas de juro sem risco. Os pressupostos de mortalidade usados foram os seguintes:

Tabelas mortalidade

	2015		2014	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Vida Risco				
Vida Ativa	70% GKM95	65% GKF95	70% GKM95	65% GKF95
Crédito Habitação	45% GKM95	45% GKF95	50% GKM95	47,5% GKF95
Crédito Pessoal	45% GKM95	40% GKF95	50% GKM95	45% GKF95
Rendas Vitalícias	100% PERM2000C	100% PERF2000C	100% PERM2000C	100% PERF2000C
Capitalização e PPR's	37,5% GKM95	42,5% GKF95	40% GKM95	45% GKF95

O Risco de Invalidez cobre a incerteza das perdas efetivas devidas à ocorrência de taxas de invalidez superiores às esperadas e pode ser mais relevante na carteira de seguros de Vida Risco.

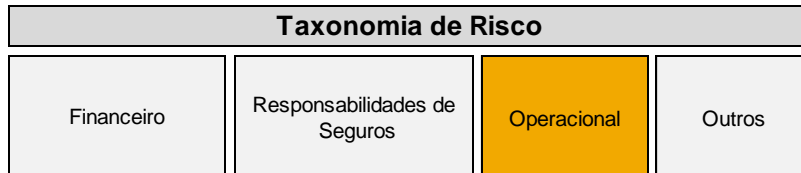
A incidência deste risco, bem como as taxas de recuperação, são influenciadas por vários fatores, tais como o ambiente económico, a intervenção governamental, avanços na medicina, bem como os critérios utilizados para a avaliação da invalidez. Este risco é gerido através duma revisão regular do padrão histórico de sinistros e das tendências futuras esperadas, assim como através do ajustamento dos preços, provisões e regulamento de subscrição, sempre que tal se justifique. A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. também mitiga o risco de invalidez através da adoção de questionários médicos adequados e de uma cobertura apropriada de resseguro.

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. executa com regularidade análises de sensibilidade do justo valor das responsabilidades de seguros. O justo valor das responsabilidades é determinado como o valor atual líquido dos fluxos futuros, considerando para o efeito o valor das opções embutidas, nomeadamente a distribuição de participação nos resultados. A valorização é realizada com base em princípios de mercado, i.e., os fluxos resultantes dos contratos de seguro são descontados à taxa de juro sem risco, enquanto os fluxos adicionais, como por exemplo a participação nos resultados, são valorizados com base em princípios de risco neutros.

Na tabela seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade do justo valor dos capitais a alterações de fatores financeiros e não financeiros. Deve ser entendido como justo valor dos capitais a diferença entre o justo valor dos ativos e das responsabilidades.

Vida [EUR]		
Análises de Sensibilidade	Impacto no Justo Valor em 31.12.2015	Impacto no Justo Valor em 31.12.2014
Taxas de juro sem risco +100bp	10.822.497	32.469.335
Taxas de juro sem risco -100bp	(47.249.001)	(67.920.047)
Imobiliário e ações -10%	(29.750.593)	(27.507.068)
Despesas gerais -10%	15.045.670	11.562.069
Taxas de Mortalidade -5%	8.483.132	7.448.339
Taxas de anulação/resgate -10%	18.925.600	8.575.964

Risco Operacional



O risco operacional resulta do risco de perdas resultantes da inexecução ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Do ponto de vista do modelo de governo, o Departamento de Gestão de Risco e Atuariado suporta um comité dedicado a este risco, denominado ORIC (risco operacional e controlo interno), o qual está focado na monitorização e aperfeiçoamento da gestão do risco operacional transversal a toda a Companhia.

O risco operacional na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. é gerido de acordo com o modelo de três linhas de defesa, estando as responsabilidades claramente definidas para cada uma dessas linhas. Neste sentido, foi criado o comité de risco operacional e de controlo interno que gere o risco operacional na companhia. Além disso, a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. adotou uma abordagem *Top-Down* e *Bottom-Up*. Estas duas abordagens são sinérgicas, quando implementadas conjuntamente, e permitem uma perceção global do risco através dos principais riscos operacionais que são incluídos no *Risk Reporting* e discutidos no Comité de Risco. Adicionalmente, mantem a atenção e foco nos processos da Companhia através do desenho dos processos de controlo interno.

Por forma a assegurar, em todos os momentos, que as causas subjacentes e exposições ao risco operacional são identificadas, avaliadas e abordadas pela Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A., a gestão do risco operacional foi definida como componente da estrutura (ERM) da companhia.

Em particular, engloba processos de toda a Companhia, tais como:

- Base de dados de perdas: assegurar a consciência dentro da Companhia sobre as perdas incorridas (em termos de montantes e frequência). A ferramenta está operacional, seguindo a recomendação por parte da Gestão do Risco local e do Grupo Ageas de incentivar tais ferramentas de gestão de risco operacional;

- *Risk Reporting*: realização periódica de relatórios de risco por forma a garantir uma visão prospetiva sobre o perfil de risco da Companhia a qual inclui os riscos operacionais mais importantes. A abordagem consiste numa análise de risco ascendente de autoavaliação visando identificar e avaliar os riscos enfrentados pela Companhia;
- Gestão da continuidade do negócio: processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para a Companhia e o impacto nas operações de negócio que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com capacidade de dar uma resposta efetiva que salvguarde a reputação, os interesses dos acionistas, a marca e o valor da Companhia;
- Segurança de Informação: define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades, e as diretivas de informação de segurança aplicadas através da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A.;
- Desenho de processos (BPM) Controlo Interno: tem como principal objetivo fortalecer o sistema de controlo interno, permitindo que o risco operacional seja gerido numa perspetiva “Bottom-up”. Consequentemente, através do desenho de processos do controlo interno, a Companhia:
 - Identifica e documenta todos os processos transversais a todo a Companhia, mantendo-os atualizados;
 - Identifica e avalia os principais riscos operacionais associados aos processos;
 - Estabelece e avalia quais os controlos que vigoram e que mitigam esses riscos;
 - Define os principais riscos e os indicadores de desempenho por forma a monitorizar esses processos, e;
 - Assegura um processo de atualização regular, nomeadamente no que respeita aos riscos e controlos.

Esta estrutura é suportada por um regulamento de risco operacional específico (tendo por base o respetivo regulamento do Grupo Ageas). Define os princípios de alto nível para a identificação, quantificação, monitorização e comunicação de riscos operacionais encontrados na execução de atividades de negócios do dia-a-dia pela Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A..

Adicionalmente, o Regulamento de Modelo de Governo de Risco implementado define as funções e as responsabilidades dos comités e unidades de negócios, e fornece uma estrutura de governo onde a gestão dos riscos operacionais ocorre.

Informação adicional respeitante ao negócio Vida é a seguinte:

<i>Eur</i>			
	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2014	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2015 em relação a 2014
2015	(1)	(2)	(3)
			Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	53.362.531	42.675.798	28.313.941
			17.627.208

<i>Eur</i>			
	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2013	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2014 em relação a 2013
2014	(1)	(2)	(3)
			Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	56.503.401	47.004.044	17.191.750
			7.692.393

Outros Riscos

Taxonomia de Risco			
Financeiro	Responsabilidades de Seguros	Operacional	Outros

Os Outros Riscos cobrem fatores externos e internos que podem afetar a capacidade da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. em cumprir o seu plano de negócios atual, e ainda a forma como se quer posicionar para garantir um crescimento contínuo e criar valor. Isso inclui alterações no ambiente externo, regulatório e económico, ou no panorama competitivo ou ambiente geopolítico.

Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a norma regulamentar nº 6/2007-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias a 31 de dezembro de 2015.

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência I, para o qual tem definido um objetivo Operacional de 200%.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a margem de solvência da Companhia é analisada como se segue:

Rúbrica [EUR]	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Capital	22.375.000	22.375.000
Reservas Legal e de Reavaliação	65.582.844	67.550.336
Resultados Transitados	310.788.792	255.724.252
Resultado Líquido do Exercício	27.903.631	55.064.541
Total Situação Líquida (1)	426.650.267	400.714.129
Activos Intangíveis	(5.410.097)	(5.679.182)
Empréstimos subordinados sem prazo fixo	120.000.000	120.000.000
Total (2)	114.589.903	114.320.818
Margem de Solvência Disponível (1) + (2)	541.240.170	515.034.947
Margem de Solvência Exigida	249.810.897	245.348.000
Excesso / (Insuficiência)	291.429.273	269.686.947
Rácio Solvência	217%	210%

A partir de 1 Janeiro de 2016, o regime de Solvência II é obrigatoriamente aplicável às Companhias de seguros/resseguradoras estabelecidas na União Europeia.

As novas regras de solvência introduzem critérios mais severos para o cálculo do rácio de solvabilidade, visando melhorar a adequação do capital das Companhias aos riscos assumidos. O principal objetivo desta mudança é a valorização do ativo/passivo com base em princípios económicos, o que introduz maior volatilidade nos requisitos de capital das Companhias, e melhorar a avaliação dos riscos aos quais as mesmas estão expostas.

Desde 2009, em linha com o plano de implementação de Solvência II adotado pelo Grupo Ageas, a Ocidental Vida assumiu o compromisso de desenvolver uma transição suave para este novo regime através da implementação de várias iniciativas.

Em 2015, no âmbito da fase preparatória de Solvência II, foi reportada a primeira informação qualitativa e quantitativa ("QRT's") preparada com base nos requisitos de Solvência II à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Os resultados desta fase preliminar demonstraram que o rácio de Solvência II da Ocidental Vida está confortavelmente acima do limite mínimo legal exigido, contudo abaixo do rácio de Solvência I. A posição de Solvência II reportada nesta fase considerou a aplicação do "ajustamento de volatilidade", o qual se inclui no conjunto de medidas transitórias de longo prazo propostas pelo Regulador. A Companhia ainda não completou o processo de apresentação do pedido de adoção de medidas transitórias adicionais, que resultarão em impactos positivos na posição de Solvência II.

Nota 34 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*. Nesta base, o justo valor estimado é influenciado por pressupostos usados nesses modelos de valorização, que necessariamente incorporam algum nível de incerteza, e reflectem exclusivamente o valor atribuídos aos diferentes instrumentos financeiros.

Os principais métodos e pressupostos utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos da Companhia são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é baseado em preços de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*, usando curvas de taxa de juro de mercado, ajustadas por factores como risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e maturidades. As curvas de taxa de juro baseiam-se em informação divulgada por *providers* de informação financeira, tal como a Reuters ou Bloomberg.

No caso das ações não cotadas, as mesmas são registadas ao custo histórico, quando não existam preços de mercado disponíveis e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Investimentos a deter até à maturidade

Estes ativos financeiros estão contabilizados ao custo amortizado, líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, quando disponíveis. No caso de estas não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*, usando curvas de taxa de juro de mercado, ajustadas por factores como risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e maturidades. As curvas de taxa de juro baseiam-se em informação divulgada por *providers* de informação financeira, tal como a Reuters ou Bloomberg.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia registados ao custo amortizado são como segue:

		Eur			
		2015		2014	
Activos e passivos financeiros ao custo amortizado	Níveis	Justo valor	Valor Balanço	Justo valor	Valor Balanço
Caixa e equivalentes de caixa	1	181.147.265	181.147.265	125.895.808	125.895.808
Empréstimos e contas a receber - Outros depósitos	1	350.109.822	350.109.822	485.477.476	485.477.476
Investimentos detidos até à maturidade	1	489.229.554	375.710.216	585.094.229	445.557.286
Investimentos detidos até à maturidade	2	81.035.153	77.121.358	92.669.733	85.663.545
Outros activos financeiros ao custo amortizado	3	5.571.400	5.571.400	11.579.021	11.579.021
		1.107.093.194	989.660.061	1.300.716.267	1.154.173.136
Passivos subordinados	3	114.852.000	120.000.000	120.000.000	120.000.000
Depósitos recebidos de resseguradores	3	8.447.203	8.447.203	7.493.160	7.493.160
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	3	44.051.739	44.051.739	26.542.978	26.542.978
		167.350.942	172.498.942	154.036.138	154.036.138

De acordo com o IFRS 13, os ativos e passivos financeiros podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 35 – Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

A Companhia está envolvida em processos judiciais em Portugal, relacionados com ações movidas pela Companhia e contra a mesma, os quais estão relacionados com o decurso normal da sua atividade enquanto Seguradora, entidade empregadora e contribuinte fiscal. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras da Companhia é remota.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2015 o total de garantias bancárias era de Euro 85.000 (2014: Euro 92.000). Estas garantias estão relacionadas com os processos de sinistro.

Compromissos

A Companhia possui diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato.

Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

	Até 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	<i>Eur</i> Total
Rendas vincendas de contratos de leasing	38.633	76.556	129.217	244.406

Nota 36 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor, e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IFRIC 21 – Taxas

O IASB emitiu esta interpretação em 20 de Maio de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 634/2014, de 13 de Junho.

Esta nova interpretação define taxa (“levy”) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com a legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduziram alterações com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014, às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de Dezembro (definindo a entrada em vigor, o mais tardar, a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 1 de Janeiro de 2015).

- IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

- IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para *joint ventures*

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3 a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

- IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portefólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos numa base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

- IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio.

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

A Companhia não registou qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras em resultado destas melhorias.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações adotadas pela União Europeia:

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB emitiu, em 21 de Novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor, o mais tardar, a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 1 de Fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades ligadas aos serviços, exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades ligadas ao serviço, que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduzem alterações com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor, o mais tardar, a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 1 de Fevereiro de 2015).

- IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (“*vesting*”)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição” (“*vesting*”) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da “condição de aquisição”, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

- IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

- IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

- IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39, não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou a pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

- IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

- IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP), quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora, como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014, introduzem alterações com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de Dezembro de 2015.

- IFRS 5 Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações no Método de Disposição

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um ativo (ou um grupo em descontinuação) diretamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: contratos de Serviços Prestados

As alterações à IFRS 7 clarificam - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das emendas à IFRS 7 na compensação de ativos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em Dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 - compensação de ativos e passivos financeiros – não são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

- IAS 19 Benefícios dos Empregados: Taxa de desconto: emissão mercado regional

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado ativo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

- IAS 34 Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informações “em outras partes do relatório financeiro intercalar”

As alterações esclarecem que “outras divulgações” exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco), que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos, e ao mesmo tempo, que as demonstrações financeiras intercalares.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27: Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas

O IASB emitiu em 12 de Agosto de 2014 alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de Dezembro de 2015.

A presente norma não é aplicável à Companhia.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado; justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI); e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio, cujo objetivo seja deter o ativo com vista a receber os fluxos de caixa contratuais, e os termos dos seus fluxos de caixa dêem lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados por tais investimentos são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de trading, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “a deter até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o actual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito ter aumentado significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificado o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de Janeiro de 2018.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB emitiu em Maio de 2014, a norma IFRS 15 Rédito de contratos com clientes, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2017. A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rédito, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Companhia não espera qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras decorrente da adoção desta norma.

IFRS 14 Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de Janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada.

A presente norma não é aplicável à Companhia.

IFRS 16 - Locações

O IASB emitiu em 13 de Janeiro de 2016 a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 remove a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A Companhia ainda não procedeu a uma análise completa sobre os impactos da aplicação desta norma.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicável aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas (“Bearer Plants”) (emitida em 30 de Junho e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de Novembro);
- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de Maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de Dezembro);
- Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de Maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de Novembro);
- Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28: Entidades de Investimento: Aplicação da exceção de consolidação (emitida em 18 de Dezembro);
- Alterações à IAS 1. Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de Dezembro).

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.